

Renata Maria Rodrigues

**COOPERATIVAS AGRÍCOLAS EM NICARÁGUA:
ORGANIZAÇÃO E EDUCAÇÃO**

Campinas

1994

Renata Maria Rodrigues

Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida por Renata Maria Rodrigues
e aprovada pela comissão julgadora em 28 de
dezembro de 1994.

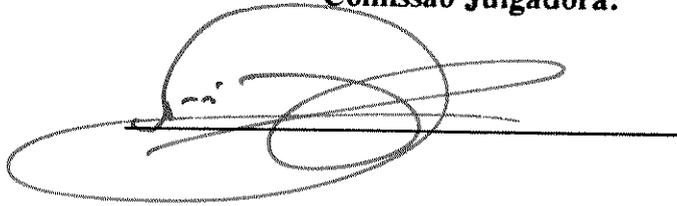
Data: 28/12/94

Assinatura: 

**COOPERATIVAS AGRÍCOLAS EM NICARÁGUA:
ORGANIZAÇÃO E EDUCAÇÃO**

Campinas
1994

Comissão Julgadora:



Luís Figueiredo

Imker

AGRADECIMENTOS

Aos professores James Maher e Newton Bryan, pela confiança depositada em meu trabalho, pelo apoio dado para que a pesquisa pudesse ser desenvolvida em Nicarágua, pelas discussões e aportes dados ao trabalho.

A todos os professores e funcionários da Pós-graduação que me ensinaram e me ajudaram nas aulas, palestras, seminários, enfim, em todos os anos de minha formação em esta Faculdade. Quero agradecer também ao financiamento brindado para que eu pudesse desenvolver a pesquisa de maneira satisfatória.

Aos professores Adalberto Bassi, Roy Bruns e Fernando Faigle que tanto me apoiaram durante os anos de minha vida acadêmica e profissional na Universidade Estadual de Campinas.

Aos meus pais, que me ensinaram a lutar pela justiça e a respeitar todos os seres humanos, meus agradecimentos especiais.

A Bel, irmã e companheira, que sempre me apoiou em todos os momentos de minha vida.

A Miguel, companheiro e incentivador do meu trabalho. Pelas tantas conversas sobre Nicarágua, sobre os "campesinos", sobre a Revolução, que tanto contribuíram à conclusão desta monografia.

A Arturo Grigsby, que me abriu caminhos em Nicarágua e me ensinou muito sobre os camponeses.

Aos camponeses de Nicarágua, pela paciência, carinho, sinceridade com que me receberam em todos os momentos da pesquisa. Desejo que seus sonhos se concretizem.

A minhas filhas, Mariana, Gabriela, Isabel e Patrícia por me ensinarem dia a dia que educação significa amor e dedicação.

SIGLAS UTILIZADAS

- MIDINRA** - Ministerio de Desarrollo Agropecuario y Reforma Agraria
- MED** - Ministerio de Educación
- EPS** - Ejército Popular Sandinista
- UNAG** - Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos
- ATC** - Asociación de Trabajadores del Campo
- CAS** - Cooperativa Agraria Sandinista
- CCS** - Cooperativa de Crédito y Servicio
- CSM** - Cooperativa Surco Muerto
- APP** - Area de Propriedade del Pueblo

ÍNDICE

RESUMO	i
INTRODUÇÃO	1
Objetivo da Pesquisa	1
Metodologia utilizada	2
CAPITULO 1 - COOPERATIVISMO: UM VELHO SONHO	4
1.1. Antecedentes do cooperativismo	4
1.2. Princípios do cooperativismo	10
1.3. A questão agrária em Nicarágua: contexto histórico	14
1.4. A Revolução Popular Sandinista e as mudanças na estrutura agrária	16
1.5. O projeto cooperativo no contexto da Revolução Popular Sandinista	19
1.6. A Campanha Nacional de Alfabetização e a Proposta de Educação Rural do Governo Sandinista	26
CAPITULO 2 - O SONHO SE FEZ REALIDADE	30
2.1. Caracterização da região estudada	30
2.2. Cooperativas pesquisadas	31
- CSM "Nicolas Madrigal"	33
- CCS "Walter Pentzke nº 2"	38
- CAS "Anibal Martinez"	41
- CAS "Carolina Osejo"	48
- CAS "Eligio Garcia"	52
CAPITULO 3 - OS LIMITES E AVANÇOS DAS COOPERATIVAS	58
3.1. Sócios das cooperativas: história e desejos	58
3.2. Organização e Educação: pequena análise à guisa de conclusão	61
3.3. Perspectiva do movimento cooperativo	78
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	81
ANEXOS	85

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo fazer um estudo da experiência de organização de cooperativas agrícolas no período da Revolução Nicaraguense. Dentro deste contexto estudamos qual foi a contribuição da educação formal e informal no processo de formação e trabalho das cooperativas, tanto da educação básica como técnica.

O primeiro capítulo faz um resgate histórico dos antecedentes do cooperativismo e seus princípios. Faz também um breve resumo da Revolução Nicaraguense e as mudanças ocorridas na estrutura agrária, com o objetivo de contextualizar o leitor dentro da situação conjuntural em que dá o projeto cooperativo da revolução.

No segundo capítulo apresentamos os estudos de caso de cinco cooperativas. Como surgiram, como se desenvolveram, quem eram seus integrantes, sua história, sua formação, desenvolvimento da produção agropecuária, problemas enfrentados, relação da cooperativa com os organismos e instituições do governo revolucionário, perspectivas da cooperativa.

No terceiro e último capítulo fazemos uma comparação entre os fundamentos teóricos que definiram as bases do cooperativismo e os estudos de caso realizados. Enfatizamos nesta análise comparativa o papel que jogou a formação dos camponeses, seja anterior como durante o processo de desenvolvimento das cooperativas. Na conclusão procuramos responder a algumas perguntas elaboradas no início do trabalho. Finalmente, elaboramos uma pequena análise, apontando algumas pistas sobre a perspectiva do movimento cooperativo após a derrota do governo revolucionário em 1990.

INTRODUÇÃO

A pesquisa que desenvolvi persegue um objetivo arrojado: conhecer mais de perto e aprender com a experiência política-metodológica de educação popular na Nicarágua durante o período sandinista. Para isto, era importante conhecer a revolução nicaraguense e principalmente, era imprescindível estudar as transformações agrárias ocorridas após o triunfo revolucionário, pois Nicarágua é um país eminentemente agrícola. Resolvi, então, enfocar minha pesquisa em cooperativas agrícolas, um projeto desenvolvido desde o princípio da revolução e um dos eixos básicos da transformação agrária. A partir do estudo das cooperativas, resgataria meu objetivo primeiro que é conhecer a experiência de educação popular nicaraguense.

Objetivo da pesquisa

Delimitei a pesquisa em algumas questões norteadoras, quais sejam:

- * Detectar as mudanças no nível das relações de produção e organização social dadas no processo de formação e organização das cooperativas.
- * Comparar o desenvolvimento das cooperativas em Nicarágua com os conceitos fundamentais do cooperativismo.
- * Delimitar as contribuições dadas pelas instituições estatais e organismos de massa para que o movimento cooperativo cumpra com os objetivos da revolução, a nível de produção, defesa, educação, integração e participação na vida do país.
- * Investigar o papel específico da educação (formal e informal) no avanço destas mudanças.

Tínhamos algumas hipóteses iniciais:

1. O conhecimento básico que possui o camponês do processo produtivo é fundamentalmente empírico. A família funciona como educador das novas gerações. O saber "trabalhar a terra" é transmitido de pai para filho.
2. A origem dos cooperados é de pequenos camponeses e trabalhadores agrícolas. A experiência de direção e de resolução de problemas de diferentes tipos gerados por empresas cooperativas coletivas, ou não, é nula. Havia, portanto, por parte dos cooperados uma grande

necessidade de capacitação administrativa, técnica-agrícola, financeira, que deveria ser suprida pelo governo e/ou pelas organizações camponesas que apoiam as cooperativas.

3. Os camponeses não tinham uma tradição de sistema produtivo coletivizado, gerando grandes dificuldades na organização interna das cooperativas. Estas dificuldades poderiam gerar um acúmulo de experiências que ajudariam uma melhor organização ou poderiam ter efeito contrário, frustando e reafirmando em muitos camponeses a idéia de que o trabalho coletivo não funciona.

4. O desenvolvimento satisfatório da produção agrícola tem correspondência direta com o conhecimento do processo produtivo, das novas tecnologias, do controle financeiro da produção. Ótimas terras, financiamento assegurado, boas condições climáticas, maquinaria, não produzem por si mesmo. Sem sombra de dúvida, são componentes importantes para alcançar alto nível de produtividade, porém necessitam de direção, de conhecimentos capazes de transformar este capital em um capital maior. A pergunta chave é: como são produzidos estes conhecimentos? Qual a contribuição da educação formal e informal para a formação destes conhecimentos?

5. Sustentamos a hipótese de que o processo educativo do camponês está diretamente relacionado com o processo produtivo e organizativo em que está inserido. A educação não dá resultados se é desenvolvida como algo isolado de sua vida concreta. A construção de novos conhecimentos se dá no processo de busca de soluções às dificuldades enfrentadas no dia a dia e reavaliação constante dos resultados obtidos. A experiência por si só não é um fator educativo. É necessário refletir sobre esta experiência para que se possa dar um passo mais na construção do saber.

6. Como já foi explicitado anteriormente, o trabalho coletivo exige dos camponeses uma avaliação constante de sua prática organizativa e participativa. Sendo assim poderíamos afirmar, hipoteticamente, que as cooperativas, partindo dos princípios cooperativos, poderiam oferecer melhores condições ao desenvolvimento educativo de seus membros.

Metodologia utilizada

Em relação à metodologizada pesquisa, decidimos estudar casos de cooperativas organizadas, definindo alguns critérios para a escolha das cooperativas:

- que pertencessem a uma mesma região, para que possamos delimitar as características

econômicas, políticas, produtivas, climáticas, culturais, históricas; variáveis importantes para a análise;

- que tenham tido experiências educativas com várias instituições, tornando mais enriquecedora a análise;

- que tenham o mesmo meio cultural, pois queremos detectar se um mesmo tipo de cultura pode gerar relações de produção diferenciadas;

- abranger os 3 tipos de cooperativas mais importantes de Nicarágua" CAS (Cooperativas Agrícolas Sandinista), CCs (Cooperativas de Créditos e Serviços) e CSM(Cooperativas Surco Muerto).

O estudo das cooperativas terá três eixos básicos:

- recuperação da história das cooperativas e dos cooperados (história de vida);

- estudo das relações de produção dentro das cooperativas, dando ênfase aos seguintes aspectos: gestão, planejamento econômico e social, produtividade, relação com o Estado, relação com trabalhadores assalariados, divisão do trabalho, defesa, relação com outras cooperativas:

- estudo das ações educativas das várias instituições: estatais, partidárias, sindicais, religiosas. Como se deram, seus resultados e perspectivas.

Os dados para a análise foram colhidos através de:

- entrevistas com os cooperados, membros e familiares e com funcionários das instituições que se relacionam com as cooperativas;

- documentos;

- observações in loco;

- registros estatísticos.

Como objetivo último, desejo que esta pesquisa possa contribuir para a educação popular brasileira, na medida em que nos revele caminhos para construir um processo educativo onde se concretize uma relação entre a teoria e a prática, a partir de uma realidade em transformação.

CAPITULO 1

COOPERATIVISMO: UM VELHO SONHO

1.1. Antecedentes do cooperativismo

Atualmente, diversas formas de organização cooperativa estão presentes em quase todos os países do mundo, apesar de diferenças culturais e econômicas. Nas regiões mais antigas e povoadas, tanto em países desenvolvidos quanto em países chamados do terceiro mundo.

As cooperativas estão presentes nas mais diversas atividades econômicas. Elas atuam na produção e distribuição de bens, na agricultura, no comércio, crédito, transporte, fábricas, bancos, nas indústrias pesqueiras e florestais, enfim, em serviços de diversas classes e campos.

O movimento cooperativo mundial se caracteriza pela sua grande diversidade. Em relação ao tamanho das cooperativas, elas vão desde uma pequena cooperativa com uma organização de 10, 20 sócios, até uma grande que abarca centenas de sócios. Não existe tamanho ideal para as cooperativas, porém se reconhece que se dirige e se administra melhor unidades mais pequenas.

A magnitude que adquirem em cada país os processos de cooperativização dependem, em grande medida, do papel e da beligerância dos cooperativistas em sua luta por preservar e fortalecer o movimento e o papel que o Estado atribui a este setor, segundo seus interesses e opções político-sociais.

O conceito de Cooperativização adquiriu caráter universal e segundo as cifras da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), o movimento cooperativo mundial abarca mais de 500 milhões de pessoas, o que significa que é o movimento socio-econômico mais extenso do mundo.

Origem do cooperativismo

A origem do movimento cooperativo se remonta a uns cem anos atrás, quando alguns intelectuais sonhavam com um mundo mais fraterno, onde existisse uma nova forma de organização econômica. Defendiam a cooperação como uma forma de organização que pudesse contrapor-se ao capitalismo dominante.

O cooperativismo tradicional surge em Europa, fundamentalmente na França, Inglaterra

e Alemanha, na primeira metade do século XIX, onde as ideias sociais atingiram um grau de desenvolvimento capaz de dar origem não somente a um projeto de cooperativismo, senão também ao projeto de socialismo científico.

Para compreender melhor a origem da proposta de cooperativismo é necessário retomar às idéias dos pioneiros do cooperativismo utópico. Entre eles, podemos mencionar a Robert Owen, Charles Fourier, E. Cabet.

Robert Owen (1771-1858): reconhecido pioneiro da socialização dos meios de produção e da organização dos trabalhadores. Foi o mais importante de todos os socialistas utópicos. Sonhava com uma sociedade onde reinaria o Novo Mundo Moral, contrario à sociedade injusta onde a família, a propriedade, o Estado, a religião promovem os vícios que deformam a humanidade. Ele considerava que o sindicalismo, pela etapa da cooperativa de trabalhadores, alcançaria o socialismo. A via do sindicalismo pela cooperativa de trabalhadores ao socialismo contém toda uma teoria do papel do cooperativismo na luta social, como instrumento de ação em vista do socialismo. O aporte fundamental de Owen é sua concepção macro-social do mundo e de suas relações econômicas, o problema da propriedade privada e da exploração desumana do trabalho assalariado. Tratou de organizar uma associação de todas as classes de todas as nações, o que constituiria um primeiro ensaio de uma aliança cooperativa internacional, o que não foi alcançado.

Charles Fourier (1772 - 1837): não tinha como objetivo a fundação de cooperativas. Foi um idealista que pensou que a sociedade não poderia melhorar se não destruísse o velho edifício da moral vigente e das normas econômicas do capitalismo. As teorias de Fourier ao defender a propriedade privada, a sociedade dividida em classes e a participação do capital, além do trabalho e da distribuição do excedente econômico, constituíram algo assim como a extrema direita do socialismo utópico. Não defendia mudar as relações de produção, porém organizá-las de outra maneira, sendo assim o mestre e guia do neo-utopismo e defensor do cooperativismo tradicional. O modelo associativo de Fourier poderia ser descrito como uma cooperativa com muitas funções tanto na produção quanto no consumo que pudesse responder aos desejos pessoais de cada um.

Etienne Cabet (1788 - 1856): através de uma novela escrita por ele, faz uma proposta política da "comunidade", com uma concepção de uma fraternidade autogestionária para uma nação industrial. Cabet era um grande organizador, pois organizou o mais poderoso partido

popular francês antes de 1848.

Em síntese, a proposta política desses intelectuais era construir, através de diversas formas de Cooperação, um novo sistema social, derrubando o velho edifício da moral vigente e das normas econômicas do capitalismo da época. Na prática, nenhum dos pensadores conseguiu impulsionar com sucesso seus projetos, porém conseguiram que seus discípulos desenvolvessem experiências que mais tarde constituíram na origem do cooperativismo tradicional (de consumo, de crédito, etc.).

A primeira cooperativa de consumo: ROCHDALE

A primeira cooperativa que teve sucesso duradouro foi a Rochdale Society of Equitable Pioneers. Constituída em 1844, em Rochdale, Inglaterra, por vinte e oito sócios. Era um armazém de cooperativa de consumo que começou a vender nas vésperas do Natal.

Os sócios fundadores eram todos ou quase todos de origem proletária, porém não pertenciam a um mesmo ramo da indústria. Também não tinham uma tradição de militância política comum, embora dominassem os socialistas e cartistas. A cooperativa de Rochdale nunca esteve ligada a uma Igreja, partido ou sindicato, porém foi um foco permanente de debates políticos e religiosos, em um ambiente de apostolado e luta pacífica pela mudança social.

Os pioneiros de Rochdale puseram em prática certas regras de organização interna, algumas das quais tiveram enorme transcendência, já que delas derivam os atuais princípios cooperativos. Se afirma que as regras fundamentais da cooperação surgiram de Rochdale como um corpo de doutrina coerente e baseados na experiência. Se afirma, igualmente, que quando uma cooperativa se desvia dessas doutrinas, fracassa e desaparece, ou se degenera e se transforma em uma empresa capitalista.

A tradição cooperativa, que se constituiu pouco a pouco, determinou como fundamentais essas quatro regras:

1. Adesão livre
2. Poder democrático: um homem - um voto
3. Repartir o excedente entre os membros
4. Receber uma porcentagem limitada do lucro do capital

Os congressos internacionais da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) contribuíram no

sentido de aclarar e consolidar os princípios cooperativos, sempre baseados na experiência e nos princípios de Rochdale.

Os princípios se reduziram aos seis seguintes:

1) Portas abertas para a entrada e saída de sócios. Entretanto, a entrada livre e voluntária ficava condicionada por limitações técnicas. Nenhuma discriminação por razões políticas, sindicais ou religiosas.

2) Democracia interna. A regra "um sócio, um voto" se exigia às cooperativas de primeiro grau, porém não a de graus superiores.

3) Os sócios aportam capital sem receber lucros, ou recebendo, no máximo, lucro "limitado".

4) Os excedentes líquidos de cada ano podem ser reinvestidos na cooperativa, com fins de crescimento ou para financiar serviços comuns. Também podem distribuir entre os sócios, segundo sua atividade cooperativa.

5) Trabalho educativo sobre cooperativismo, baseado tanto em aspectos econômicos como nas virtudes democráticas da cooperação.

6) Colaboração com outras cooperativas em todos os níveis, inclusive internacional.

A principal contribuição dos pioneiros de Rochdale ao cooperativismo mundial foi haver mostrado como a perseverança de um grupo de artesões consegue desenvolver com sucesso a primeira cooperativa desse tipo. Este modelo aparece a partir de condições históricas e geopolíticas próprias.

O pensamento cooperativo em Marx, Lenin e Mao

O movimento cooperativo mundial se caracteriza pela sua especificidade, isto é, as cooperativas constituíram formas de organização diferentes em relação às empresas capitalistas. Suas principais diferenças são em relação à democracia cooperativa e à distribuição de excedente em função do trabalho realizado e não em relação ao capital.

Para analisar a natureza e o papel das cooperativas no contexto das sociedades socialistas, queremos destacar as idéias e elementos de análise de três importantes autores marxistas.

Para Marx, as cooperativas jogam papéis diferentes, dependendo do modo de produção em que estão inseridas. Dentro do sistema capitalista seu papel é de experimentação social e um

dos componentes do movimento proletário; quando o proletário toma o poder, as cooperativas são uma forma de transição ao socialismo.

O pensamento de base de Marx é que existe uma dualidade e ambiguidade do papel das cooperativas segundo as condições em que se encontram. No modo de produção capitalista, as cooperativas são ao mesmo tempo uma reprodução do sistema e uma proposta alternativa a ele. Constituem uma forma transitória ao socialismo e uma possibilidade de abolir o assalariado quando estão ligadas ao movimento proletário; ou um meio de integração e de dependência quando está submetida ao Estado.

Para promover as cooperativas Marx propõe apoiar os elementos reais do movimento proletário espontâneo, negando a ajuda do Estado burguês. É necessário e fundamental promover sua auto-emancipação; onde o partido deve jogar um papel de apoio externo.

Em um texto escrito por Lenin sobre a cooperação, ele define a diferença das cooperativas antes e depois da revolução. Afirma que o sonho de transformar a sociedade capitalista em socialista sem tomar em conta a luta de classes, a conquista do poder político pelo proletariado é romântico e sem sentido. Acrescenta que nas sociedades capitalistas, as cooperativas são instituições capitalistas coletivas. Ao contrário, quando o proletariado está no poder, as cooperativas adquirem um papel diferente, uma importância excepcional, enorme e sem limites. A partir do sistema socialista, para conseguir que as cooperativas realmente joguem um papel importante, é necessário o apoio do Partido e do Estado. Devem utilizar dois meios, fundamentalmente: vantagens materiais através de privilégios de ordem econômico e financeiro e um trabalho pacífico de organização cultural e educação. As cooperativas devem ser um instrumento nas mãos do Estado para agrupar a população em função do avanço e estabilidade do regime socialista.

Para Mao Tse Tung, a cooperação é a base da transformação socialista no campo. Permite ao mesmo tempo as mudanças técnicas (mecanização, desenvolvimento da indústria, etc), sociais (propriedade e trabalho coletivo), políticas (dominação no campo de camponeses pobres sobre ricos, aliança entre camponeses e proletários), e mudanças ideológicas (tomar consciência da necessidade do socialismo, etc).

Propõe linhas concretas para a promoção das cooperativas: trabalho de preparação ou de sensibilização, início progressivo, experimentação, planificação, controle regular. São diretrizes

atuais e válidas para a prática cooperativa.

Para concluir, é necessário pontualizar algumas questões:

- Marx, Lenin e Mao dão uma grande importância ao movimento cooperativo tanto na indústria como na agricultura.

- Esta importância parte do papel econômico e político das cooperativas. A cooperativa é um meio para passar da pequena produção de parcelas à grande exploração coletiva mecanizada, mas também um suporte para a aliança proletária-camponesa.

- A cooperativa joga um papel muito diferente segundo o contexto no qual se encontra. Num regime capitalista pode corromper o movimento proletário se está ligado ao Estado ou à burguesia ou pode ser uma experiência social para provar que é possível a abolição do assalariado. Depois que o proletariado tome o poder, a cooperativa joga um papel fundamental na transição ao socialismo, sobretudo no campo.

- As divergências mais importantes entre os autores são as seguintes: para Marx o essencial está na autoemancipação proletária, o Partido joga um papel secundário de unificação e de generalização. Para Lenin, o papel de dirigente corresponde ao Partido. Sobre este ponto, a posição de Mao é sem dúvida a mais enriquecedora. Mantém a posição leninista ortodoxa do papel do dirigente do Partido, mas se esforça por desenvolver com autonomia o movimento camponês e sua iniciativa e se torna crítico às desviações burocráticas do sistema.

Nesses três autores, a cooperativa aparece como uma forma de organização econômica, que conserva algumas características comuns, porém joga um papel de "camaleão" segundo o contexto. A imagem da cooperativa não está definida totalmente. Ela é, como disse Marx, uma brecha no sistema e uma reprodução do próprio sistema. A cooperativa, em muitos casos, reproduz, basicamente, as relações existentes: a dominação do Estado e de líderes rurais sobre o camponês pobre, a dominação de chefes de família sobre a mulher e sobre os jovens, a reprodução da exploração capitalista; porém também pode introduzir germens de transformações nas relações de produção, nas relações sociais e econômicas.

1.2. Princípios do cooperativismo

A história do movimento cooperativo, com seus acertos e erros, permitiu definir um conjunto de normas e princípios que devem garantir o bom funcionamento e organização das cooperativas.

Nesta parte trataremos de detalhar os princípios fundamentais definidos teoricamente para que o desenvolvimento cooperativo corresponda aos interesses dos camponeses, da sociedade em geral e em particular dos setores populares. Princípios que respondem a uma proposta de transformação profunda das relações de produção do campo baseadas na exploração do camponês. Esses princípios são a tradução das práticas e experiências diárias das cooperativas para resolver os problemas, superar dificuldades e consolidar-se como organização.

1. O voluntarismo

A vontade do camponês para cooperativizar-se constitui um dos princípios fundamentais do desenvolvimento cooperativo. Este princípio deve aplicar-se em diferentes níveis de decisão:

a) Voluntarismo para ingressar a uma cooperativa:

Ingressar ou formar uma cooperativa deve ser uma decisão voluntária dos camponeses quando estimem que esta decisão pode trazer vantagens reais para resolver os problemas que enfrentam. Devem estar totalmente conscientes das vantagens, das responsabilidades e obrigações que isto implica. Permite também garantir a participação ativa dos camponeses no desenvolvimento e defesa de sua cooperativa diante das dificuldades que podem surgir.

b) Voluntarismo para sair de uma cooperativa:

Os sócios de uma cooperativa podem decidir de maneira voluntária sua saída de uma cooperativa motivado por razões pessoais ou quando pense que a cooperativa já não significa para ele vantagens pessoais. O conjunto de sócios deve definir ao princípio quais serão os direitos e obrigações de cada sócio quando decida sair da cooperativa. As regras do jogo devem estar claras desde o início para que não haja problemas e tensões entre sócios.

c) Voluntarismo para definir em que e como cooperar

A natureza da cooperativa, a forma de organização, deve também resultar de uma decisão

voluntária do coletivo de sócios. É necessário identificar os interesses e objetivos que motivaram a criação da cooperativa para que o grupo possa decidir as regras pelas quais estará submetida, quais as atividades e serviços que justificam a cooperativa e qual é a melhor forma para organizar esta cooperação.

d) Voluntarismo para assumir cargos na organização

Todos os associados têm direito de optar pelos cargos que estabeleça a cooperativa para seu bom funcionamento. A aceitação de assumir um desses cargos ou responsabilidades deve ser voluntária e de comum acordo entre todos.

II. Flexibilidade na forma de organização

Em uma cooperativa, as vantagens da cooperação não necessariamente aparecem em todas as atividades, trabalhos ou serviços. Isto obriga aos camponeses encontrar em cada caso específico a melhor forma de organização que lhes permita compatibilizar as vantagens da cooperação em certas atividades, trabalhos ou serviços com as vantagens do trabalho familiar ou individual em outras. Por isto, o processo de cooperativização deve ser flexível, no sentido de não forçar a que os associados devam cooperar em todos os aspectos do processo produtivo.

III. O processo de cooperativização deve ser gradual

A relação entre as vantagens da cooperação e dos processos individuais não é estática. Evolui com o desenvolvimento da cooperativa e de suas forças produtivas, com o fortalecimento de suas capacidades de gestão e do seu nível organizativo e com a experiência acumulada pelos associados. Por isto, o processo de cooperativização deve ser gradual. Os limites da cooperação deve ir aumentando na medida do desenvolvimento e consolidação da própria cooperativa. Isto permite também o exercício gradual da auto-gestão, da acumulação de experiência e capacidade técnico-administrativa que permita ao grupo definir suas perspectivas e necessidades futuras. Não podemos deixar de mencionar que este processo gradual permite um aprendizado também gradual e seguro em relação ao trabalho e processo cooperativo.

IV. Autogestão e democracia participativa

São as bases do processo cooperativo. Devem definir o rumo estratégico da cooperativa através de mecanismos de decisões onde todos os membros têm os mesmos direitos para opinar, propor, discutir e aprovar. Deve valer o princípio de *uma voz - um voto*, independentemente do aporte inicial que tenha feito cada um dos sócios ou de qualquer outra diferenciação. A autogestão e a democracia participativa permitem aproveitar o potencial de experiência acumulado por cada sócio e tomar em conta as características específicas do grupo, suas reivindicações e interesses. Permite definir com maior clareza e consenso o que e como produzir, como organizar-se e em que cooperar dependendo do interesse e das condições agro-sócio-econômicas em que está inserta a cooperativa. Esta prática auto-gestionária e democrática ajuda a fortalecer a identificação do camponês com a cooperativa, sentindo-se assim sujeito e responsável das decisões que são tomadas e dos problemas que possam surgir.

V. Igualdade de direitos e deveres entre o homem e a mulher

Além de representar uma alternativa de transformação social e de eliminação de diversas formas de exploração, o movimento cooperativo deve propiciar o desenvolvimento de relações mais justas e iguais entre homens e mulheres. Tradicionalmente, a mulher camponesa tem sofrido uma dupla jornada de trabalho. Tem assumido funções de pai e mãe, porém muitas e muitas vezes a sociedade e as organizações tem negado o direito a tomar decisões por sua própria conta, tem negado o direito a que sua voz tenha valor de decisão. As cooperativas devem representar uma alternativa real e decisiva na igualdade de direitos de homens e mulheres, devem criar condições para permitir de fato a plena integração e igualdade de direitos das mulheres camponesas.

VI. Cooperativas como organização ativa na defesa dos interesses do homem do campo

As cooperativas devem atuar como organizações ativas e defensoras dos interesses dos camponeses e dos setores populares em geral. As relações de solidariedade e cooperação devem permitir a transformação e eliminação das diversas formas de exploração do camponês tanto no que se refere ao trabalho como financeiro e comercial. Portanto, as cooperativas não devem ser

entendidas somente como unidades econômicas que oferecem vantagens aos camponeses em termos de produção, do melhoramento das condições de vida no campo, mas também como organizações e instancias de participação política que vinculem de forma incisiva e direta o camponês com as instancias do Estado, da comunidade e demais setores da sociedade. Porém não deve tornar-se dependente de nenhum deles. É fundamental e necessário portanto que as cooperativas reivindiquem programas e políticas de apoio que realmente sirvam aos interesses do movimento cooperativo.

VII. Colaboração e integração intercooperativa

A colaboração e integração permite às cooperativas aproveitarem de forma gradual todas as vantagens da cooperação a diversas escalas. Possibilita em nível local, regional ou nacional o intercambio de experiências, a gestão e o controle de recursos ou a realização de atividades econômicas ou sociais cada vez mais importantes e complexas. A integração cooperativa permite ao movimento ter mais força e peso como interlocutor frente ao Estado e aos demais setores da sociedade para reivindicar políticas, programas e medidas jurídico-legais de acordo com os seus interesses. A integração cooperativa permite assegurar a defesa do setor e dos beneficiados atingidos. Possibilita também às cooperativas ganhar espaço de autonomia e independência econômica.

VIII. Aliança e solidariedade com os demais setores populares tanto do campo como da cidade

O movimento cooperativo agrário não pode separar-se das reivindicações e interesses dos demais setores populares. É fundamental fortalecer os vínculos com as demais organizações populares, os proletários, os artesões, os pequenos e médios industriais, comunidades de bairros, etc. É importante que o movimento cooperativo crie relações econômicas e de intercâmbio mutuamente benéficas para os setores populares. Esta aliança permite somar forças ao momento de lutar, gestionar e reivindicar pela defesa dos interesses dos setores populares.

IX. Formação permanente de todos

Deve ser preocupação constante das cooperativas incentivar e promover a capacitação e formação de seus membros e de seus familiares. Implica, em primeiro lugar, resgatar e socializar todos os conhecimentos empíricos e as experiências acumuladas por cada um dos sócios e cooperativas e ao mesmo tempo ampliar esses conhecimentos em função das necessidades existentes. A capacitação de todos também ajuda a fortalecer o funcionamento democrático e tende a evitar que a diferença inicial em relação ao saber provoque diferenças profundas a nível de participação ao tomar decisões ou a assumir cargos na cooperativa. Permite repensar o trabalho em vista de propor alternativas frente às diversas dificuldades enfrentadas durante seu desenvolvimento. É fundamental que as cooperativas identifiquem e implementem o tipo de capacitação que mais corresponda a suas necessidades e interesses a fim de assegurar que sua formação fortaleça sua autonomia, garanta um saber democrático que rompa com a dependência tecnológica e econômica, e que sirva para fortalecer valores e conceitos de acordo à filosofia cooperativa.

1.3. A questão agrária em Nicarágua: contexto histórico

O capitalismo nicaraguense desenvolvido principalmente a partir da segunda metade deste século, teve uma natureza fundamentalmente agrária e dependente. Baseado num modelo de acumulação gerador de uma alta concentração de riqueza através de uma economia latifundiária agroexportadora de matérias-primas e importadora de produtos manufaturados. Café, algodão e açúcar eram os principais produtos de exportação.

A partir de 1870 se inicia uma grande produção cafeeira. Com bons preços no mercado mundial, os grandes fazendeiros de gado da Nicarágua (principal atividade produtiva até este momento) passam a produzir café. Durante toda a primeira metade do século XX há uma grande produção deste cultivo, em muitas regiões do país.

Aproximadamente em 1950, surge uma forte demanda internacional para a produção de algodão, iniciando na Nicarágua o desenvolvimento algodoeiro. Este cultivo contribui para o desenvolvimento definitivo do modo de produção capitalista, com características agro-exportadora e dependente. Também, se intensifica a proletarianização no campo e a expulsão de pequenos

camponeses de suas terras para a conformação de novas grandes unidades de produção algodoeiras, principalmente na região do Pacífico do país. A produção de produtos básicos foi sendo diminuída e também transferida para regiões mais distantes e terras menos férteis.

É importante destacar alguns elementos que formam parte do processo de conformação social nicaraguense, a partir da segunda metade do século:

- a) além do modelo agroexportador, encontramos de maneira difusa, principalmente no campo, relações de produção atrasadas, que se dão pela presença de um setor de produção intensiva (algodão, cana) e outro de produção extensiva (café e gado);
- b) na área urbana encontramos uma indústria incipiente, uma proliferação de produção e comércio artesanal marginal e informal;
- c) grande quantidade de trabalhadores agrícolas temporários e desemprego, gerador da pobreza urbana e rural.

Não podemos perder de vista a relação de dependência e submissão sempre vigentes nos governos nicaraguenses em relação ao imperialismo norte-americano. Isto se dá de maneira mais intensa e duradoura com a ascensão, em 1926, da ditadura somozista. Sem dúvida, é uma ditadura que apresenta algumas características particulares. Era uma ditadura militar, política e econômica. O grupo da família Somoza era dono de mais de 30% das terras do país, das melhores terras. Eram donos de construtoras, bancos, indústrias, etc. Uniram-se com conglomerados financeiros internacionais, transnacionais, fazendo da Nicarágua um negócio para suas transações econômicas.

Esta política intensificou a proletarização do campesinato, a situação de miséria no campo e na cidade. Além disto, um aspecto importante a ressaltar são as contradições geradas dentro da própria burguesia nicaraguense. Somoza, em sua última fase se apresentava como um concorrente desleal. Com sua aliança a capitais estrangeiros estava estrangulando a burguesia nacional. Já não era um estado que representava os interesses dos capitalistas como classe, mas um setor conformado como uma "burguesia somozista". Progressivamente, esta situação foi gerando um grande descontentamento no conjunto da burguesia nacional concorrente a Somoza. Fortaleceu-se uma oposição burguesa, que reivindicava novas regras na economia. Por outro lado, a oposição de esquerda também fortaleceu-se. Como já citado anteriormente, o processo de proletarização do homem do campo, repressão, concentração de riquezas, baixos salários,

afetou duramente o proletariado urbano e rural, pequenos camponeses, empregados estatais, a juventude.

Em termos gerais, este era o quadro político-econômico da realidade nicaraguense até a toma de poder pelos sandinistas.

1.4. A Revolução Popular Sandinista e as mudanças na estrutura agrária

A Revolução Popular Sandinista enfatizou, desde o primeiro momento, a prioridade nas transformações da estrutura agrária, por ser o pilar fundamental da estrutura econômica-social-nicaraguense. Foram muitos anos de dominação latifundiária, crescente proletarização e semi-proletarização de pequenos e médios camponeses que foram sendo expulsos de suas terras. Estes camponeses formaram a base de apoio para o triunfo da revolução, a qual estava comprometida a dar respostas imediatas a suas reivindicações históricas.

Os objetivos gerais da revolução no setor agropecuário são assim definidos:

- "- aumentar a produção, diminuir os custos para o país, gerar divisas líquidas mediante o uso racional dos recursos fundamentais com os quais conta o país;
- contribuir sobre todos os outros setores da economia à sobrevivência, acumulação nacional e a reduzir a dependência econômica;
- realizar mudanças nas relações sociais de produção, reduzir a diferenciação social, democratizar o campo e fortalecer a hegemonia política e a aliança de classes para a defesa do poder revolucionário;
- melhorar as condições de vida da população rural, estabilizar o emprego para a sociedade e frear a migração campo-cidade."¹

Citaremos a seguir, de uma maneira muito resumida, os principais passos dados pela revolução sandinista no sentido da transformação da estrutura agrária.

1979: confisco dos bens de Somoza e de somozistas, com a formação das Unidades de Produção Estatal (UPE); tomada de terras por parte de proletários agrícolas e camponeses sem terra, formando dezenas de cooperativas agrícolas.

¹Ciera, "La Reforma Agrária en Nicaragua 1979 - 1989", Vol. V, Pag.11.

1981: promulgação da lei de Reforma Agrária, definindo que as terras ociosas ou com baixa produção deveriam ser expropriadas e entregues aos camponeses para trabalharem em cooperativas coletivas. São respeitadas as propriedades que produziam eficientemente, inclusive latifúndios.

1982/1983: o país sofre a agressão de grupos armados contra-revolucionários, atuando fundamentalmente na região norte e oriental do país, tentando formar uma base de apoio junto aos camponeses destas regiões. O Estado revolucionário, como resposta a este enfrentamento, acelerou os planos de reforma agrária com a expropriação de muitas propriedades e entrega massiva de terra a camponeses de forma predominantemente individual. Era fundamental consolidar a revolução, principalmente nas áreas onde a contra-revolução buscava construir sua base social. Foi necessário também transferir muitos camponeses que estavam em zona de guerra e vulneráveis aos ataques contra-revolucionários para zonas onde pudessem trabalhar e produzir. Para tal, se formaram assentamentos camponeses em terras expropriadas pelo estado.

1988-1989: o governo sandinista consegue vencer a agressão contra-revolucionária, apoiada e financiada pelos Estados Unidos de América, a nível militar e político. Dá resposta às reivindicações históricas de milhares de camponeses nicaraguenses que sempre sonharam em ter terra para produzir. Além disto, não descuidaram das reivindicações sociais como escolas rurais, postos de saúde, creches rurais, casas, abastecimento, etc. A base da estrutura agrária está composta pelas empresas agropecuárias estatais, as cooperativas e pequenos e médios camponeses individuais.

O quadro abaixo mostra claramente a transformação agrária pela qual passou Nicarágua nestes 10 anos.

ESTRUTURA DA POSSE DA TERRA: 1978 - 1988

Em manzanas (1 mz = 0,7 hectares)

Setor	1978		1988	
	Area	%	Area	%
Privado	8.073.000	100,0	3.708.496	45,9
Mais de 500 mz	2.920.000	36,2	514.633	6,4
200 a 500 mz	1.311.000	16,2	1.401.591	9,0
50 a 200 mz	2.431.000	30,1	929.361	17,4
10 a 50 mz	1.241.000	15,4	137.404	11,4
Menos de 10 mz	170.000	2,1	137.404	1,7
Setor Reformado			3.904.794	48,4
Empresas Agric. Estatais			948.230	11,7
Cooperativas(*)			1.115.680	13,8
- CAS			921.491	11,4
- CCS			133.620	1,7
- CSM e CT			60.569	0,8
Entrega a individuais			209.974	2,6
Titulação Especial			1.459.996	18,1
Titulação a Comunidade Indígenas			107.914	2,1
AREA EM ABANDONO(**)			459.710	5,7
TOTAL	8.073.000	100,0	8.073,000	100,0

(*) Incluída somente a área entregada pela Reforma Agrária

(**) Compreende área de diferentes setores de propriedade

Fonte: Dirección de Tenencia de la Tierra de la Dirección General de Fomento Campesino y Reforma Agrária - MIDINRA

Em 1978, 100% das terras agrícolas cultiváveis de Nicarágua estavam nas mãos de proprietários privados, sendo 36,2% com mais de 500 manzanas. Os pequenos produtores possuíam 17,5% das terras. Estes dados demonstram a concentração da terra nas mãos de médios e grandes proprietários.

Os dados de 1988 refletem uma realidade completamente diferente. De 36,2% das terras nas mãos de proprietários com mais de 500 manzanas passou-se a apenas 6,4%, 48,4% das terras agrícolas foram afetadas pela Reforma Agrária e passaram às mãos do Estado (11,7%) e de camponeses (36,7%), agrupados em cooperativas ou produzindo individualmente. Deve-se destacar a importância dada às cooperativas, sendo que 13,8% das terras reformadas foram entregues a elas, sem contar as cooperativas formadas em áreas de pequenos produtores, não afetadas pela Reforma Agrária.

Em vista da pesquisa realizada, contextuaremos a seguir, a organização de cooperativas agrícolas, antes e após o triunfo revolucionário.

1.5. O projeto cooperativo no contexto da Revolução Popular Sandinista

A idéia de organizar os camponeses em cooperativas agrícolas tem suas raízes no pensamento de Augusto César Sandino. Em seus documentos, defende a formação de cooperativas como "um possível passo efetivo para transformar a posse da terra e aumentar a produtividade."²

Uma das primeiras formas de luta do movimento camponês se dá com o surgimento do "Ejército Defensor de la Soberanía Nacional". Um dos objetivos principais da organização deste exército por Sandino foi a luta contra a invasão norte-americana, em favor da autonomia nacional. Porém, também era uma luta classista. O exército era composto de trabalhadores das minas e de camponeses empobrecidos pela acumulação do capital na região das "Segovias", norte do país. Estavam contra o trabalho forçado e o processo de expropriação das suas terras. Lutavam não somente contra o imperialismo mas também em favor de um projeto social: a construção de uma nova sociedade. No dia 27 de Agosto de 1932, Sandino comunica publicamente seu projeto de criar cooperativas de trabalhadores e camponeses. Este projeto

²Fitzgerald, Valpy e Chamorro, Amalia en Rev. Encuentros, n°30, pg. 26.

começou a ser realidade com a criação das primeiras cooperativas agropecuárias de Wiwilí, organizadas no interior da região montanhosa central de Nicarágua.

Não se sabe muito sobre o funcionamento destas cooperativas. Parece que o objetivo era criar um Departamento Regional "Luz y Verdad" que abarcaria a região de Esteli, Madriz e Nueva Segovia, no norte do país. Este território estaria regido por relações econômicas de tipo cooperativo, onde os membros da comunidade trabalhariam de forma associada. As terras estariam sob regime de propriedade coletiva da comunidade e o lucro do trabalho produzido seria distribuído baseado no trabalho realizado por cada membro.

Este projeto durou pouco tempo. Após o assassinato do General Sandino, o exército de Somoza começa a destruí-lo massacrando os membros destas comunidades. A classe dominante sabia que o projeto de cooperativas idealizado por Sandino era revolucionário. Sandino queria romper com o sistema de exploração no campo. Por isto não podiam permitir que um projeto desta natureza continuasse crescendo. O assassinato de Sandino e o massacre das cooperativas de Wiwilí demonstram que seu projeto era contraditório aos interesses das classes dominantes da época.

Carlos Fonseca, fundador da Frente Sandinista de Libertação Nacional, algumas décadas depois, retoma a idéia de Sandino, propondo dar às cooperativas um papel importante na construção da riqueza do país e vendo os cooperados como participantes do desenvolvimento do país.

O somozismo retoma a idéia de formação de cooperativas, porém, sem sombra de dúvida, com um objetivo totalmente distinto. Promove uma Reforma Agrária em 63, como forma de aliviar as pressões dos camponeses que foram sendo expulsos de suas terras. Muitos destes camponeses foram levados para o interior do país, sem infra-estrutura, ampliando a fronteira agrícola.

Organizaram, também, um projeto de cooperativas, com a formação, até 1970, de 22 cooperativas, sendo a maioria cooperativas de serviços. Instituições privadas também promoveram a criação de cooperativas, principalmente de serviços, porém, com pouca significância dentro da realidade agrária nicaraguense.

Em 1964 é publicado o programa histórico da FSLN, onde a questão agrária ocupa um papel fundamental. Carlos Fonseca, importante líder da Frente Sandinista nesta época defende

com muita clareza o papel das cooperativas dentro do processo revolucionário. O conteúdo desta parte do programa do partido demonstra a plena consciência do papel que corresponderá ao proletário agrícola e aos camponeses na transformação revolucionária da sociedade nicaraguense.

"Estimulará e fomentará os camponeses para que se organizem em cooperativas, para que os mesmos tomem em suas mãos seu próprio destino e participem diretamente no desenvolvimento do país"³

A partir de 79, a Revolução Popular Sandinista retoma as idéias de Sandino e Carlos Fonseca. Inicia a concretização da Reforma Agrária e da cooperativização dos trabalhadores do campo. Definem para o movimento cooperativo dois eixos centrais:

Objetivo econômico: a cooperativização é uma forma de melhorar as condições de vida dos camponeses na medida em que permite o uso e a distribuição mais racional dos recursos financeiros e técnicos com que conta o país, se torna uma alternativa econômica e política em contrapartida à burguesia agrária. Deve-se criar um melhor controle do destino da produção, proporcionando um canal direto entre produtores e consumidores, estabilização do emprego no campo, evitando a migração campo-cidade.

Objetivo político-social: o movimento cooperativo deve contribuir à aliança proletária-camponesa; deve ser uma via para a ampliação dos serviços sociais, como educação e saúde a toda a população rural; deve contribuir ao desenvolvimento da produção e reprodução dos valores da nova sociedade como a solidariedade, luta contra a exploração do homem pelo homem, participação ativa no desenvolvimento do país, exercício da democracia popular.

O movimento cooperativo, na perspectiva da Revolução Sandinista, é visto como um instrumento para a transformação revolucionária do campo.

Defendem que através das cooperativas se possa alcançar melhores capacidades técnicas; aumento do nível político e cultural dos sócios e de sua condição de vida; aperfeiçoamento contínuo dos mecanismos de participação democrática no interior das cooperativas; eliminação progressiva das relações de exploração entre os homens; integração ativa da mulher na produção; elevação do nível organizativo, econômico e social dos membros.

Desde o triunfo revolucionário, o governo sandinista deixa claro, em vários documentos,

³Programa Histórico del FSLN, 1969. Proclamas y Programas FSLN, Edit. Vanguardia, 1989.

que está disposto a promover a formação de cooperativas e que este é um dos objetivos primeiros da Revolução Sandinista.

Durante o processo de formação e consolidação do movimento cooperativo, são constituídos vários tipos de cooperativas agrícolas, sendo estas as de maior destaque e importância:

a) COOPERATIVAS AGRÍCOLAS SANDINISTAS (CAS):

São cooperativas de produção agropecuária onde se encontra **coletivizada a terra, o trabalho e o capital**. Todo o excedente é dividido igualmente entre os sócios, que possuem o mesmo direito a voz e a voto nas assembléias. Entretanto, em alguns casos existem variantes em sua divisão entre os sócios, dependendo da quantidade de trabalho que cada um aporta ou outros fatores de diferenciação definidos nos estatutos da cooperativa.

b) COOPERATIVAS DE CRÉDITO E SERVIÇOS (CCS):

Composta por camponeses com propriedade individual que se unem para receber coletivamente os serviços do estado, como crédito e serviços de assistência técnica. O processo de produção é individualizado, assim como os excedentes. Podem ter meios de produção em comum como maquinaria, implementos, cuja utilização é coletivizada.

c) COOPERATIVA DE SURCO MUERTO (CSM):

É formada por camponeses que possuem lotes individuais separados por um sulco vazio. O processo de trabalho e os excedentes são individuais. Geralmente os meios de produção são coletivizados assim como outros tipos de serviços: abastecimento de água e assistência técnica.

Etapas do movimento cooperativo durante os 10 anos de revolução

Conforme exposto anteriormente, o governo sandinista, nos seus primeiros meses, se ocupou principalmente de confiscar os bens de Somoza e de somozistas. Paralelamente, muitos camponeses sem terra e/ou semi-proletários, fundamentalmente da região do Pacífico, como Masaya e León, tomaram terras que pertenciam a seus antigos patrões. A orientação estatal era a formação de CAS nestas terras. Neste primeiro momento houve, também, uma ampla formação

de CCS. Geralmente formadas por pequenos produtores que resolveram unir-se em CCS para obter fácil acesso ao crédito.

A grande maioria destes pequenos camponeses se encontrava no interior do país (regiões I e IV - Esteli, Matagalpa, Jinotega), onde não houve uma penetração tão forte do capitalismo agrário.

A organização de massa que atendia às cooperativas era a ATC (Asociación de Trabajadores del Campo). A associação era responsável também pela organização dos assalariados agrícolas, tarefa que demandava muito mais da associação. Em 81, é fundada a UNAG (Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos) que aglutina o trabalho com as cooperativas e produtores privados (pequenos, médios e grandes produtores). Neste mesmo ano é promulgada a primeira lei de Reforma Agrária e a lei de cooperativas agropecuárias.

A "Lei de Cooperativas Agropecuárias" define a natureza e objetivos gerais das cooperativas. Abaixo transcrevemos parte do texto da lei:

"A cooperativa agropecuária é uma forma superior de organização do trabalho que impulsiona o espírito de solidariedade e cooperação, superando as relações de competição e exploração entre os homens. Se forma a partir de uma associação voluntária de pequenos e médios produtores, que se unem para levar a cabo atividades relacionadas com a exploração agrícola e/ou pecuária e assim cumprir os seguintes fins:

- a) Facilitar a participação ativa e organizada do campesinado nicaraguense no processo de Reforma Agrária, nos planos nacionais de desenvolvimento agropecuário e nos demais âmbitos da vida econômica, política e social do país;**
- b) Elevar o nível organizativo, econômico e social dos membros e promover o espírito de solidariedade entre eles;**
- c) Incrementar a produção e a produtividade criando as condições necessárias para a utilização de irrigação, mecanização e tecnologia moderna em geral e facilitando a prestação de serviços de crédito, assistência técnica, compra e armazenamento de colheitas e abastecimento de produtos básicos;**
- d) Estimular a participação dos membros em atividades de serviços complementários à atividade produtiva principal, assim como o desenvolvimento de programas educacionais, de saúde, moradia e culturais que**

- permitam melhorar suas condições de vida;**
- e) Fomentar a capacitação técnica e econômica dos membros através da participação na gestão cooperativa;**
 - f) Impulsionar a participação ativa da mulher através de sua integração consciente na gestão econômica e social das cooperativas."**

É importante ressaltar que havia uma proposta teórica e política que sustentava o governo revolucionário ao definir como uma de suas prioridades no campo a organização de cooperativas. Porém, durante todo o período do governo revolucionário, apesar da promulgação de leis regulamentando o trabalho das cooperativas, não foi dada ênfase à parte legal e jurídica das cooperativas. Como sustentação desta hipótese podemos mencionar que as terras da Reforma Agrária dadas aos camponeses eram entregues somente com um Título de Propriedade, aceito pelos bancos e outras instituições como um documento de propriedade, porém não tinham uma escritura legal, isto é, uma escritura pública de propriedade. Os funcionários do Ministério de Agricultura e Reforma Agrária e do governo de uma maneira geral não davam importância a estas formalidades legais. Também não exigiam a organização de livros, atas, acordos, elementos jurídicos importantes para o bom funcionamento das cooperativas.

Nestes primeiros anos de formação das cooperativas, a direção de MIDINRA (Ministério de Desenvolvimento Agropecuário e Reforma Agrária) define as CAS como a forma de cooperativa mais avançada, superior, o modelo ideal para a revolução. As CCS deveriam evoluir com vistas a transformar-se futuramente em CAS. É traçada, então, uma estratégia de priorização das CAS, em termos de assistência técnica, distribuição de crédito e serviços, abastecimento, maquinaria, etc. Apesar do número de cooperativas CCS ser muito maior que CAS, as instituições governamentais seguiram a risca esta estratégia. Além disto, a distribuição de terras pela Reforma Agrária para a formação das cooperativas é condicionada ao modelo. Isto é, se distribui terras somente para a formação de CAS. Fazia parte do ideal dos quadros sandinistas uma visão de trabalho coletivo, em comunidade, onde não existisse a propriedade privada, onde os lucros fossem repartidos igualmente, onde houvesse plena democracia e participação.

Com a intensificação da guerra (a partir de 82) principalmente no interior do país (Regiões I, V e VI), o governo avalia sua prioridade pelas CAS e o condicionamento da entrega de terras. Inicia um processo de entrega de terras individuais, ou também para a formação de

cooperativas CCS. Esta nova política vem no sentido de dar respostas imediatas a camponeses pobres cujas reivindicações de terra e abastecimento não estavam sendo satisfeitas pelo governo revolucionário. A contra-revolução os utilizava para engrossar suas fileiras. A UNAG, com o apoio direto de MIDINRA, criou uma ampla rede de abastecimento rural com as chamadas "Tiendas Campesinas". O governo reconcentra seus esforços para atender as demandas da área rural. Foram criados dezenas de assentamentos de camponeses que viviam em zonas de guerra, organizando-se em cooperativas, geralmente em CAS. Incrementaram também os serviços sociais no campo, construção de casas, treinamentos para auto-defesa das cooperativas, as quais eram frequentemente atacadas e muitas destruídas pelos contra-revolucionários.

Todas estas medidas contribuíram para o enfraquecimento político e militar da contra-revolução. O governo consegue, assim, fortalecer sua base social no campo.

A partir de 85 realiza-se uma reavaliação de todo o movimento cooperativo, tendo como consequência uma mudança na política agrária. Em linhas gerais, decide-se respeitar a opção do campesinado em relação ao tipo de cooperativa que quer constituir. Outorgam-se títulos de Reforma Agrária às CAS, CCS e CSM. Revisam a atitude paternalista do estado em relação às CAS e desencadeia-se uma campanha de "Fortalecimento de Base do Movimento Cooperativo", com a participação ativa de todo o movimento cooperativo do país. Abrem-se discussões a respeito da gestão cooperativa, financiamento, comercialização da produção, abastecimento de insumos, capacitação, assistência técnica, acesso a maquinaria agrícola, etc.

Todo este processo tem sido lento, porém com alguns avanços significativos. A partir de 88 foi reestruturada a área de MIDINRA para atendimento do movimento cooperativo. A política é dar assistência direta às cooperativas com a criação de "Zonas de Desarrollo Cooperativo". São equipes de técnicos situados em cada zona, com uma certa infra-estrutura, que têm a tarefa de supervisionar vários CDC (Centros de Desarrollo Cooperativo), distribuídos em áreas dentro de cada região. Os CDC's são organizados com uma área de atendimento para capacitação, crédito rural, centro de maquinaria, unidade de abastecimento de insumos, unidade de secagem e compra, além de outras áreas voltadas ao atendimento da pecuária. Esta nova estrutura está em processo de formação, sendo muito precipitado avaliar seus resultados. O que se deve destacar é a posição do governo em fortalecer as cooperativas em relação à produção, gestão, democracia, enfim, princípios que são a base da proposta sandinista de cooperativização.

Selecionamos um quadro estatístico referente a dados básicos do movimento cooperativo nacional, revelador das várias fases do movimento.

Dados Básicos do Movimento Cooperativo a Nível Nacional 1 manzana = 0.7 hectares									
Tipo	1 982			1986			1988		
	No. Coop.	No. Sócio	Área (mz)	No. Coop.	No. Sócio	Área (mz)	No. Coop.	No. Sócio	Área (mz)
CAS	512	7.276	117.517	1.093	22.035	615.602	1.170	23.083	650.432
CCS	1.616	52.711	895.762	1.487	47.055	828.257	1.509	45.443	760.009
CSM	12	208	4.476	104	2.459	30.560	85	2.496	41.823
Outras	709	5.625	31.630				387	5.693	123.961
Total	2.849	65.820	1141.929	3.028	74.187	1533.513	3.151	76.715	1576.224

Fonte: "La Reforma Agrária em Nicaragua 1979-1989", Vol.IX - "Cifras y referencias documentales".

1.6. A Campanha Nacional de Alfabetização e a Proposta de Educação Rural do Governo Sandinista

A Cruzada Nacional de Alfabetização, realizada de Março a Agosto de 1980, declarou a alfabetizados a 406.000 pessoas de 10 ou mais anos, reduzindo a taxa de alfabetização de 50 a menos de 13 por cento. Mobilizou as forças organizadas e não organizadas da sociedade, e, em particular, a 95.000 jovens e adolescentes que assumiram a responsabilidades de alfabetizar camponeses e trabalhadores de toda a Nicarágua.

A educação nicaraguense, ao momento do triunfo sandinista, apresentava estas três características: era pobre, insuficiente e inadequada. O projeto sandinista se comprometeu com uma nova educação que ajudasse a reconstruir o país sobre novas bases, tendo como princípio que a educação constitui "o meio propício para ir formando o novo sujeito histórico de Nicarágua, integrado pelas maiorias populares dona do seu próprio destino construindo uma nova sociedade"⁴. A revolução sempre teve uma concepção da educação nacional como um projeto global, mas também desde o princípio considerou que a base e vida deste projeto educativo global constituía a Cruzada Nacional de Alfabetização. Era importante resgatar um compromisso

⁴"Nicaragua: diez años de educación en la Revolución", Arrién, J., Lazo, R., pág. 91.

histórico que começa com Sandino. Ele fez da alfabetização parte estratégica da capacitação do seu exército; o programa histórico da FSLN propõe organizar uma campanha massiva de alfabetização; os camponeses pediam antes que terras, ser alfabetizado. A Cruzada Nacional de Alfabetização surge, assim, como um projeto político e pedagógico.

Os objetivos buscados pela CNA foram os seguintes:

1. Erradicar o analfabetismo em Nicarágua;
2. Promover um processo de conscientização no sentido de promover a participação ativa do povo no processo de democratização do país;
3. Contribuir à unidade nacional, integrando o campo com a cidade, o trabalhador com o estudante, a região Atlântica com o resto do país, etc;
4. Continuar, depois de erradicado o analfabetismo, o processo educativo dos adultos.

Sem dúvida nenhuma, a CNA foi um êxito total vista de todos os ângulos. Obteve o apoio de todo o povo nicaraguense e de muitos e muitos países do mundo inteiro. A taxa de analfabetismo diminuiu a 12%. O método utilizado foi adequado tanto para os alfabetizandos quanto para os alfabetizadores.

A situação da Educação Rural era a expressão mais crua do abandono em que estava submetida a educação na Nicarágua antes da Revolução Sandinista. Havia uma taxa de analfabetismo de 76,15%, somente 6% das crianças terminavam a educação primária, 53% das crianças abandonavam a escola antes da segunda série, 1% das escolas ofereciam a educação primária completa, 30% dos professores eram leigos. Nicarágua é um país eminentemente rural. Segundo estimativas feitas em 1988 havia 1.478.779 habitantes rurais (40,8 do total da população), 429.067 eram crianças e adolescentes entre 5 e 14 anos, 280.194 eram jovens entre 15 e 24 anos. O Ministério de Educação do governo Sandinista deu uma atenção especial ao setor rural, criando e/ou incrementando novos programas educativos como pré-escola, educação primária e secundária, educação de adultos. Criaram, também, um projeto muito importante, chamado "Batalla por una Educación Básica Popular", que tinha como objetivo formar jovens e adultos, trabalhadores do campo, em educação básica com conteúdos que ajudassem no desenvolvimento do seu trabalho. De fato, os números demonstram que houve um crescimento na educação rural. Por exemplo, em 78 os programas de educação pré-escolar, primária e especial atendiam 128.295 alunos, através de 3.684 professores, com uma relação de 48 alunos

por professor. Em 87 atendem a 250.295 alunos, contando com 8.658 professores.⁵

Em relação aos programas educativos implementados podemos destacar o "Servicio Infantil Rural"(SIR), que atendem a crianças de 0 a 6 anos cujos pais trabalham no campo; as Escolas Rurais Educação-Trabalho que contam com terras e desenvolvem um programa em que o ensino básico se relaciona com um programa de formação agrícola; a Educação de Adultos, alfabetização e pós-alfabetização. Vários dos programas de educação rural implementados foram coordenados pelo Ministério de Educação e pelo Ministério de Agricultura através do Departamento de Capacitação. A atenção à educação rural exigiu do MED uma maior preocupação na formação para professores. Uma das soluções foi implementar um programa especial de formação para professores leigos para que recebessem melhor capacitação e pudesse assim melhorar a qualidade da educação no campo.

A "Dirección General de Reforma Agraria (DGRA)", subordinada ao MIDINRA, também organizou e coordenou vários programas de capacitação ao movimento cooperativo agropecuário. De 1980 a 1984, a DGRA formulou programas de capacitação em organização e direção cooperativa. Atingiu 50% das CAS e 20% das CCS, através de mais de 600 técnicos de Reforma Agrária, com uma grande oferta de conteúdos diversos, e a disposição de recursos financeiros e materiais conseguidos através da cooperação externa. Porém, devemos destacar que neste período não se formulou um programa específico para a formação dos cooperativistas nos aspectos técnicos-produtivos.

A partir de 1985 começa um processo de desarticulação dos programas de capacitação pelos seguintes motivos:

- a maior intensidade da guerra de agressão dos chamados "contra" e a crise econômica originaram uma mudança tática nas políticas de atenção ao camponês;
- os programas de capacitação estavam fundamentalmente dedicados às CAS. Uma das novas linhas definidas pelo governo para contrarrestar a guerra foi priorizar a entrega de terras de forma individual ou através de CCS. Sendo assim, não havia um programa bem estruturado para atender as novas exigências.

⁵Fonte: "Nicaragua: Diez años de educación en"

- os programas foram formulados basicamente em nível central, com pouca investigação de campo e pouca participação de base. Sua execução se caracterizou por uma aplicação mecânica dos conteúdos, prática que chocava com a proposta metodológica definida pelo MED. Como consequência, se evidenciou na prática que muitos dos programas preparados não satisfaziam às necessidades dos camponeses.
- o movimento cooperativo não evoluiu de maneira uniforme. Algumas cooperativas avançaram mais rapidamente surgindo assim a necessidade de novos programas de capacitação. A DGRA não estava capacitada para formular estes programas tão rapidamente e no ritmo das necessidades.

A "Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos" (UNAG) também organizou vários programas de capacitação. Estavam dirigidos fundamentalmente à formação dos quadros profissionais, dos dirigentes de base e membros de cooperativas. Os conteúdos priorizados eram a organização e planificação do trabalho, aspectos ligados à reforma agrária, organização cooperativa e temas de carácter político-ideológico. Atenderam aproximadamente 2.500 pessoas.⁶ A partir de 1987 - 1988, a UNAG iniciou um programa de capacitação técnica a dirigentes de base e membros de cooperativas, fundamentalmente em técnicas agrícolas e mecanização, através de dois centros de capacitação, localizados em León (Pacífico Norte) e Sébaco (Região Central).

É importante ressaltar que a execução dos programas de educação rural foi constantemente interrompida pela guerra iniciada em 1982, seja porque os educadores e técnicos não podiam penetrar em regiões muito perigosas, onde, inclusive, muitos foram assassinados⁷, ou porque os educandos tinham que interromper seus estudos porque haviam sido chamados à defesa, ou porque os programas oscilavam dependendo das mudanças táticas do governo em relação às políticas agrícolas e de defesa.

⁶"La Reforma Agraria en Nicaragua 1979-1989", Vol. III, pag. 71.

⁷Os educadores eram considerados pela contra-revolução como um alvo importante, logo deveriam ser eliminados.

CAPITULO 2

O SONHO SE FEZ REALIDADE

2.1. Caracterização da região estudada

As cooperativas estudadas estão situadas na região II de Nicarágua, formada pelos departamentos de León e Chinandega. Fica situada no Noroeste do país. Nesta região desenvolveu-se uma forte burguesia rural, baseada nos cultivos de algodão e cana-de-açúcar, destinados à exportação. A introdução em grande escala da produção algodoeira na região gerou, concomitantemente, dois fenômenos: expulsão de pequenos camponeses de suas terras para a ampliação das grandes fazendas algodoeiras e a proletarização do campesinato, sendo a grande maioria utilizada como mão-de-obra temporária, principalmente para o período de colheita. Muitas terras estatais também passaram para as mãos dos poderosos fazendeiros, retirando destas terras qualquer camponês que as pudesse estar explorando. Esta prática era autorizada pelo governo somozista, o qual contribuía reprimindo qualquer resistência e organização por parte do campesinato.

O financiamento bancário da produção, para os grandes fazendeiros era seguro, o que não acontecia para os pequenos produtores. Muitas vezes eram financiados por fazendeiros que exigiam altos juros. Quando a produção fracassava não tinham condições de pagar as dívidas assumidas (isto acontecia muitas vezes, principalmente com o algodão, por ser um cultivo altamente tecnificado, com grande complexidade na produção). Eram, então, obrigados a entregar suas terras para pagar as dívidas. Progressivamente o campesinato passava à condição de proletário agrícola e/ou a mini-produtor de grãos básicos em terras pouco férteis no alto da cordilheira de vulcões existentes nesta região. Muitos camponeses, denominados semi-proletários agrícolas, uma parte do ano trabalhavam na colheita do algodão ou no corte de cana e a outra parte plantava, nas montanhas, de dois a três manzanas⁸ de arroz, feijão e milho para auto-subsistência familiar. A pressão e luta pela terra era grande, porém sufocada pela repressão da "Guardia" somozista.

⁸Para facilitar o trabalho de conversão vou utilizar durante a exposição da pesquisa a medida agrária chamada "manzana", que corresponde a 0,7 hectares de terra.

Com o triunfo sandinista, muitas das grandes fazendas algodoceiras pertencentes a somozistas foram expropriadas para a formação das Empresas Estatais Agropecuárias chamadas APP (Area de Propriedade do Povo). Outras terras foram tomadas pelos próprios proletários agrícolas para a formação das primeiras cooperativas CCS. Os sócios possuíam de cinco a dez manzanas próprias ou arrendavam de algum mediano produtor. O MIDINRA também distribuiu títulos de Reforma Agrária para a formação de CAS e de CCS.

Em relação à formação de cooperativas, a região avançou da seguinte maneira:

Dados Básicos do Movimento Cooperativo na Região II									
Tipo	1 982			1986			1988		
	No. Coop.	No. Sócio	Área (mz)	No. Coop.	No. Sócio	Área (mz)	No. Coop.	No. Sócio	Área (mz)
CAS	108	1.430	26.570	212	3.382	125.912	229	3.776	133.288
CCS	268	7.617	116.450	286	8.907	160.399	312	8.316	171.270
CSM	3	44	406	15	239	3.794	21	452	6.648
Outras	28	193	1.588	66	416	12.048	84	582	24.054
Total	407	9.284	145.014	579	12.944	302.153	636	13.126	335.859

Fonte: CIERA, "La Reforma Agrária en Nicaragua 1979-1989", Vol.IX - "Cifras y referencias documentales".

É possível detectar o salto quantitativo na formação das CAS a partir de 1986. Foram entregues centenas de manzanas para a formação das cooperativas, sejam terras privadas ou que pertenciam às Empresas Estatais, passando-as para as mãos dos camponeses que lutavam por terra.

As CCS foram formadas principalmente no início do triunfo revolucionário, fundamentalmente por pequenos camponeses, ou por camponeses sem terra que não aceitavam organizar-se coletivamente. Reivindicaram terras individuais para produzir.

O quadro mostra, evidentemente, que as cooperativas de maior organização e multiplicação foram as CAS e CCS.

2.2. Cooperativas pesquisadas

Como já foi explicitado anteriormente, foram definidas cinco cooperativas para desenvolver a pesquisa, a partir de critérios anteriormente citados. As cooperativas são:

CAS "Anibal Martinez"

CAS "Eligio Garcia"

CAS "Carolina Osejo"

CSM "Nicolás Madrigal"

CCS "Walter Pentzke n.2"

Para o estudo da estrutura econômica-sócio-política das cooperativas, foram pontualizados os seguintes aspectos:

- dados gerais
- história da formação das cooperativas
- atual estrutura política-organizativa
- estrutura econômica-produtiva:
 - planejamento da produção
 - gestão e controle
 - utilização de tecnologias e meios de produção
 - conhecimentos técnicos, administrativos, financeiros
 - capacitação
 - relações de produção
 - comercialização
 - divisão de lucros
 - outras atividades (venda de força de trabalho, venda de serviços, etc)
- aspectos sociais:
 - abastecimento de produtos básicos, nível de consumo
 - moradia
 - saúde
 - educação básica e de adultos
 - lazer
- aspectos políticos:
 - cooperativa e revolução
 - relações com partidos e agremiações
 - principais dificuldades enfrentadas pelas coop.
 - influência de instituições externas à organização da cooperativa

A seguir faremos a exposição e análise preliminar dos dados coletados na pesquisa.

CSM "NICOLAS MADRIGAL"

Esta cooperativa está localizada na comarca "La Grécia", Chinandega. É composta por 13 sócios. Foi formada em 79, logo após o triunfo da Revolução Sandinista. Era um grupo de aproximadamente 100 camponeses que, entusiasmados com o processo revolucionário e com a possibilidade de obter terra, decidiram tomar 3 fazendas de produtores algodoeiros somozistas da região. Subdividiram o grupo para a formação de 3 cooperativas CAS. A CAS "Nicolás Madrigal" foi formada em 80, com 38 sócios. A maioria dos sócios era trabalhador assalariado dos fazendeiros da zona.

Produziram algodão durante 5 anos, porém obtiveram vários fracassos produtivos. Isto porque é um cultivo muito exigente, que requer alta tecnologia, conhecimento de pragas, alto nível de mecanização, boa administração e organização do processo de trabalho. Todas estes pré-requisitos não puderam ser cumpridos satisfatoriamente pela cooperativa, causando baixa produção e dívidas bancárias. Apesar disto, durante os primeiros anos, o Ministério de Agricultura e Reforma Agrária e o banco definiram uma política condicionando o financiamento somente para o cultivo de algodão, nas fazendas que tinham tradição algodoeira. Pensavam melhorar as cifras de produção deste cultivo destinado à exportação. Os sócios afirmam que esta obrigatoriedade foi um erro que gerou a deserção de muitos sócios pois diziam que não valia a pena continuar na cooperativa acumulando dívidas e sem perspectivas de avanços financeiros e produtivos. Outro motivo de deserções foi a não aceitação do trabalho coletivo. Após muitas deserções, permaneceram na cooperativa aqueles que já viviam aí e tinham esperança de que a situação poderia mudar.

Em 85, a cooperativa foi reduzida a 12 sócios. Realizaram uma avaliação do trabalho desenvolvido onde levantaram os seguintes problemas:

- alto índice de deserções;
- indisciplina no trabalho (muitas faltas injustificadas, excesso de embriaguez em horário de trabalho, distintos níveis de rendimento produtivo, etc);
- conflitos e discórdias gerados pelo trabalho coletivo.

Decidiram transformar a cooperativa em tipo CSM (Cooperativa Surco Muerto), dividindo a terra em 10 manzanas para cada sócio.

Plantaram, a partir de 85, arroz, feijão, milho e sorgo. Deixaram definitivamente o algodão. Nas entrevistas, os sócios manifestaram que a mudança para CSM significou um atraso político e organizativo ao não conseguirem trabalhar em CAS. Sentiram-se, de certa forma cobrados moralmente por não manterem a CAS.

Outro problema que os afeta é a falta de água. Não existe água canalizada na comarca. Toda a água usada, seja para o consumo da casa, seja para irrigação, é comprada e transportada até a cooperativa. Este é um ritual diário. Por ser uma necessidade vital para a agricultura, a cooperativa vem buscando maneiras de construir um poço artesiano, cujo custo é altíssimo. Em 88, com a ajuda financeira de uma instituição holandesa, conseguiram fazer a perfuração do poço. Em 90 instalam a bomba. Há um grande entusiasmo pois planejam dois ciclos produtivos anuais. No inverno, período chuvoso, e também no verão, período de seca, com irrigação. Avaliam que resolvido o problema de falta de água, aumentará a eficiência produtiva.

A cooperativa produz arroz, feijão, gergelim, milho, sorgo. A escolha do que plantar está condicionada ao conhecimento técnico dos cultivos, demanda de maquinaria, facilidades comerciais, financiamento bancário, maximização do lucro. Apesar de serem parcelas individuais, as decisões sobre os cultivos a produzir são coletivas. A terra de toda a cooperativa é dividida em sub-áreas para cada cultivo e sub-sub-área para cada sócio. Assim, o arroz de todos os sócios é plantado lado a lado, o mesmo acontecendo com os outros cultivos. Este método de trabalho facilita os processos manuais e mecanizados, seja o arado, fertilização, colheita, etc. As sub-parcelas de cada cultivo são trabalhadas individualmente por cada camponês, muitas vezes com a ajuda de sua família. Usam também um sistema chamado "mano vuelta". É um intercâmbio de trabalho entre os sócios. Um sócio contrata outro quando necessita e o paga com trabalho. Contratam também mão-de-obra temporária pagando com salário ou com parte da produção.

Muitos sócios trabalham na colheita de algodão e corte de cana, para complementar o que recebem na cooperativa.

O financiamento bancário é individual, gerenciado pela diretiva junto ao banco. O planejamento produtivo é definido conjuntamente, em assembleias. A partir de 85 obtiveram lucros, terminaram as dívidas bancárias. Começaram a realizar investimentos com a compra de maquinaria e a construção de casas nas terras da cooperativa.

O banco financista designa um técnico para supervisionar a produção e a aplicação do crédito. Não possuem dinheiro para contratar um técnico, embora sintam a necessidade de uma assistência técnica direta. Planejam capacitar um sócio para ser o "técnico" da cooperativa.

A diretoria é composta por presidente, secretário de finanças, secretário de produção (encarregado das gestões produtivas), responsável de defesa (encarregado de coordenar com o EPS as mobilizações para a guerra, defesa da cooperativa contra roubos, ataques, etc.), responsável de educação política (cujas tarefas são manter informados os sócios dos problemas pelos quais passa Nicarágua em termos políticos e econômicos, organizar participação de sócios em cursos organizados pela UNAG, MED, e outras entidades). Todas as decisões são tomadas coletivamente. A assembléia geral é realizada quinzenalmente. Há um trabalho coordenado da diretoria. Têm como método fazer uma renovação constante da diretoria. Todos os sócios já passaram por cargos e conhecem a responsabilidade de cada membro da diretoria. Nos primeiros anos houve muitos problemas de indisciplina no trabalho, conflitos na tomada de decisões, principalmente em relação à divisão do trabalho. Posteriormente foi sendo mais respeitada a autoridade da diretoria e as regras do trabalho.

Todos os sócios vivem em terras da cooperativa. Construíram suas próprias casas, cada um como pode. Possuem animais como galinhas, porcos, vacas. Alguns plantam verduras para o abastecimento doméstico. Anos atrás compraram algumas vacas coletivamente, porém ninguém se responsabilizava em cuidá-las. Resolveram, finalmente, dividi-las e hoje cada qual cuida de seus próprios animais.

Em termos de educação formal, há sócios em vários níveis. Desde analfabetos (3), semi-analfabetos, até um engenheiro agrícola, formado na Bulgária. Manifestaram o desejo de continuar estudando. Segundo expressam, o fundamental é aprender a ler e a fazer cálculos. Já houve grupos de Educação de Adultos com boa participação e constância. Isto fez com que vários sócios se alfabetizassem e aprendessem conceitos elementares de Matemática.

Os filhos vão à escola estatal, localizada na cooperativa "Eligio Garcia", a 500 metros. Para graus superiores é necessário estudar em escolas localizadas em Chinandega.

A concepção que possuem da formação do conhecimento não difere das outras cooperativas. Para eles, o conhecimento técnico se aprende com os pais e com a prática do trabalho diário. A escola pode servir como complemento para aumentar os conhecimentos. Planejam fazer vários

cursos sobre agricultura, mecânica, controle de pragas, aplicação de insumos. Querem tornar-se auto-suficientes em termos técnicos. A contratação de técnicos para dar assistência técnica encarece a produção. Foram realizadas algumas tentativas de capacitação de sócios, porém com poucos resultados. Segundo eles, enviaram sócios a cursos de agricultura e não "captaram nada"; "o nível cultural afetou pois tinham até terceira série e não deram muito interesse. Aprenderam teoria e não prática". O sócio formado em engenharia agrícola retornou à cooperativa em 89. Participou no início dela e foi estudar em Bulgária. Retornou à Nicarágua em 85 e trabalhou em SINACAP (instituição estatal voltada à capacitação agrícola) e também no exército. Resolveu retornar à cooperativa pois sente-se melhor no trabalho agrícola. Não pode contribuir muito na área de produção pois sua formação é em maquinaria agrícola. Está impulsionando a reorganização do grupo de educação de adultos, do qual é coordenador.

A relação da cooperativa com instituições afins é débil. São filiados à UNAG, participam de suas atividades, porém reivindicam uma maior presença da entidade junto à dinâmica produtiva da cooperativa. Esta associação possui uma escola de formação técnica e política, porém a oferta de cursos não é muito grande. Os sócios manifestam o desejo de participar com maior frequência dos cursos oferecidos. A delegação zonal de MIDINRA visita a cooperativa exclusivamente quando existe algum problema. Não acompanham de perto o desenvolvimento organizativo e produtivo da cooperativa.

Vários sócios da cooperativa são simpatizantes ou militantes de FSLN. Isto faz com que a cooperativa esteja sempre informada e integrada nas atividades deste partido.

A maioria dos sócios já participou nas frentes de guerra e/ou em treinamentos nos chamados Batalhões de Reserva. Já foram mobilizados várias vezes pelo EPS. O trabalho de um sócio mobilizado pelo EPS é realizado pelo conjunto da cooperativa, de uma forma muito solidária.

Há uma visão positiva da revolução. Dizem estar dispostos a defendê-la. Veem como problema principal do país a guerra de agressão sustentada pelos Estados Unidos. Em consequência, não é possível cumprir os planos de FSLN, causando muitos problemas para a economia nicaraguense. Segundo eles, a revolução "é generosa conosco, nos entregou terras e condições para produzir".

São entusiastas do movimento cooperativo, porém fazem algumas auto-críticas. Nem todos os sócios estão "enamorado da agricultura", o que interfere na produção, pois em consequência

da falta anterior de vínculo com a terra há uma diminuição da qualidade do trabalho. Este problema está vinculado à origem dos sócios. Vários eram assalariados agrícolas e não agricultores. Trabalhavam em função de um salário, recebendo ordens de um capataz. Hoje a dinâmica é outra. Este homem se tornou um agricultor, sendo obrigado a tomar decisões organizativas, administrativas e produtivas. Estas novas exigências não têm, muitas vezes, a resposta necessária para que a produção melhore.

Um dos fatores positivos apontados é a qualidade e localização das terras da cooperativa. Possibilitou um aumento da capacidade produtiva, facilidade de moradias ("vivemos ao lado da plantação"). São enfáticos ao afirmar que "tudo isto foi feito a custa de sangue e de vidas". Vários dos sócios participaram na guerra de libertação e/ou se envolveram de alguma forma, direta ou indiretamente. É importante citar uma frase que evidencia seu pensamento: " hoje plantamos para produzir para nós e para o povo ".

Esta cooperativa foi inicialmente prejudicada pela exigência de MIDINRA e Banco em plantar algodão. Não entenderam que a cooperativa não tinha capacidade técnica e administrativa para produzir este cultivo. Durante este período os resultados foram negativos. Quando começaram a plantar grãos básicos, veio o alívio econômico, e foi possível pagar as dívidas contraídas com o algodão e fazer pequenos investimentos. Havia uma ingerência e imposição em relação a que plantar, porém não havia um acompanhamento direto sobre como plantar, em que condições, com que estrutura administrativa, etc. Os sócios se viram perdidos, sem um ponto de apoio para realizar uma tarefa que não tinham condições. Isto gerou frustrações, abandono por parte de vários, atraso econômico e político.

Os sócios se mantêm informados de todos os problemas da cooperativa. Defendem que todos os sócios devem exercer os cargos da diretoria durante uma gestão, o que contribui para que todos possam compreender os problemas de uma maneira mais global. Há uma relação direta entre a participação como membro da diretoria e a compreensão mais clara de todos os problemas enfrentados no trabalho cooperativo. Esta postura é fundamental para a democratização da cooperativa. A descentralização das decisões gera uma participação efetiva e exigente de todo o grupo. Dá condições para que possam criticar e contribuir às diferentes decisões que são tomadas. Há uma grande participação da família na produção e laços de solidariedade e trabalho coletivo. O fortalecimento desta prática se deu principalmente depois da



separação da cooperativa em parcelas individuais, o que gerou uma maior confiança sobre a posse da terra, maior exigência em relação ao trabalho e a tomar decisões. Em CAS os sócios não se sentiam donos da terra, e sim uma espécie de assalariados. O fato de "ser dono" de 10 manzanas muda sua visão e prática. Torna-se o único responsável do sucesso ou fracasso de sua produção. No início havia uma visão imediatista. O objetivo era lucro rápido, seguro e pouco trabalho. Os resultados mostraram uma outra realidade. Como eles expressaram, faltou "amor" à agricultura. Os fracassos geraram deserções e desânimos. Os sócios que permaneceram foram obrigados a mudar de posição. Criaram consciência do que significa trabalhar a terra, produzir, cooperar.

Em relação à educação, a história se repete. Há consciência da necessidade de aprender, porém não sabem como. As tentativas que fizeram foram frustrantes. Têm clareza de suas necessidades: saber ler, poder fazer cálculos matemáticos e aprender mais sobre agricultura. As instituições fazem visitas esporádicas, sempre que necessitam de algo da cooperativa. Não há um acompanhamento dos problemas enfrentados, das necessidades sentidas, ou propostas de soluções. É importante enfatizar que o sócio formado em Engenharia Agrícola contribui muito ao debate e à busca de soluções. Possui uma prática questionadora e é muito respeitado pelo grupo. Insiste na auto-suficiência técnica da cooperativa. A questão está na criação objetiva de oportunidades para que esta proposta se realize.

CCS "WALTER PENTZKE N.2"

A cooperativa está localizada na comarca "La Grecia". Foi formada em 81, com aproximadamente 100 membros. Havia uma grande heterogeneidade entre os sócios. Muitos deles não possuíam terra, eram assalariados agrícolas. Outros, possuíam até 10 manzanas, tendo larga experiência como pequeno agricultor. O grupo inicial dividiu-se rapidamente.

MIDINRA lhes doou uma fazenda para a formação de uma CAS onde se integraram muitos dos sócios da cooperativa que não tinham terra para trabalhar. Outras pessoas que participaram do grupo inicial saíram da cooperativa para integrar-se a outras CAS. Outros, ainda, resolveram trabalhar como assalariados, pois, segundo eles "dá mais estabilidade". Do grupo inicial restaram 20 sócios que reorganizaram a cooperativa, mudando inclusive a sua natureza inicial de CAS para CCS. Foi fundada assim a CCS "Walter Pentzke n.2", no ano de 82. Entraram novos

sócios, vários não possuem terras.

Os sócios da cooperativa preferem arrendar e trabalhar individualmente, organizados em CCS. Não aceitaram integrar-se a uma CAS. Um dos motivos mais importantes é a crença de que não existe disciplina de trabalho nas CAS. Afirmam que neste tipo de cooperativa poucos trabalham e são sacrificados pois trabalham para si e para os demais.

Há uma forte relação de parentesco entre os sócios. A metade dos sócios arrenda terras para produzir (entre 2 a 5 manzanas). Outros possuem terras próprias (entre 5 a 15 manzanas) as quais, em alguns casos, são trabalhadas em conjunto, por vários sócios pertencentes a uma mesma família (pai e filhos, irmãos). Plantam arroz, feijão, milho, mandioca e gergelim. As terras dos sócios estão dispersas por toda a comarca.

Todos os sócios possuem animais, como porco, galinha, vaca, para auto-consumo. Cultivam frutas e verduras. As mulheres vendem o excedente produzido no mercado de Chinandega.

A organização da produção é completamente independente. Cada sócio decide o que vai produzir. O trabalho é realizado por cada sócio conjuntamente com sua família. Sem dúvida, nota-se uma presença maior da família no processo produtivo, comparativamente às CAS estudadas. Contratam mão-de-obra assalariada em alguns períodos de pico do trabalho. Também trabalham no sistema "mano vuelta".

Durante todo o processo produtivo, a cooperativa funciona como coletivo na compra de implementos e utilização da maquinaria agrícola, cuja compra e manutenção é feita coletivamente. Cada sócio paga pelo trabalho mecanizado realizado em sua plantação. Este dinheiro é utilizado na manutenção dos tratores e implementos agrícolas. Para cobrir os gastos com a maquinaria também cobram por serviços mecanizados prestados a produtores individuais.

A cooperativa tem uma diretoria, cujas funções são fundamentalmente gerenciar o financiamento individual para a produção e responder pelo emprego e manutenção da maquinaria. É eleita anualmente. Para os sócios, participar da diretoria é um problema a mais que poucos querem assumir, apesar de todos dependerem dela para coordenar o trabalho de gestão do financiamento junto ao banco e a coordenação dos bens comuns.

Todos são unânimes em reafirmar as vantagens do trabalho individual. Segundo eles, a cooperativa CAS não funciona. Acreditam que a melhor maneira de trabalhar é individualmente, "cada um para si". Cada qual decide o que e como plantar, como trabalhar, para quem vender

seu produto, com quem trabalhar. A cooperativa é útil na medida em que resolve o problema individual de financiamento e facilita o serviço de mecanização. Pensam em fazer crescer o capital da cooperativa, com a compra de uma máquina para colher arroz.

Os sócios que não possuem terras estão solicitando a algum tempo à delegação zonal e regional de MIDINRA terras próprias para não seguir mais arrendando. Até o momento não obtiveram resposta positiva.

Vivem dispersos na comarca. Cada qual tem sua casa, vivendo distantes na maioria dos casos da plantação e entre si.

São categóricos em afirmar que não necessitam de assistência técnica. "Somos agricultores desde criança, já sabemos bastante".

Há um analfabeto, com 60 anos de idade. A maioria estudou alguns anos na escola. Nunca participaram de cursos promovidos pela UNAG ou outra instituição. Alegam que falta tempo para este tipo de atividade, porém afirmam que é interessante aprender mais. Apontam alguns temas como técnicas agrícolas em grãos básicos, combate às pragas, mecanização e manutenção da maquinaria.

Os cursos oferecidos pelo MED através do programa de Educação de Adultos não lhes interessa. O motivo é simples: "saber ler e escrever e cálculos matemáticos (elementos básicos de soma, subtração, multiplicação e divisão) é suficiente".

A relação com as instituições é conflitante. Criticam a UNAG, instituições estatais, partidos políticos, o governo sandinista. Possuem uma visão negativa da revolução sandinista. A crítica é voltada principalmente ao rumo que está sendo dado à revolução. Dizem que o governo está sendo incapaz de controlar a economia do país, os preços da produção vendida pelo produtor rural são muito baixos, altos juros bancários, altos preços dos gêneros de primeira necessidade. As opiniões variam, porém dois argumentos se destacam. O primeiro é em relação à incapacidade de governar. Argumentam que os sandinistas não sabem governar e ademais quem está no poder quer manter-se aí a custo do povo que continua sofrendo. Antes, os nicaraguenses eram explorados pelos EUA, hoje pelos soviéticos. O segundo argumento ou explicação à situação do país, causa dos problemas enfrentados, é a guerra. Durante os últimos anos, a guerra fez com que diminísse sensivelmente as condições de vida da população.

Ademais destas posições conflitantes destaca-se uma visão imediatista e individualista da resolução dos problemas. Independente de quem esteja governando, cada qual deve resolver seus problemas como puder. É a idéia do "salve-se quem puder".

O que ressalta nesta cooperativa é sua posição totalmente negativa em relação às CAS. Temos como hipótese que esta posição está relacionada com a origem dos sócios e o fato de não terem sido beneficiados com a Reforma Agrária. São basicamente pequenos camponeses, dos quais muitos perderem suas terras antes de 79 para grandes algodoeiros. Defendem a propriedade privada com unhas e dentes e solicitam de MIDINRA terras, condicionadas a que sejam individuais. Não houve por parte de MIDINRA um acompanhamento e um trabalho junto à cooperativa, tampouco uma resposta positiva à solicitação de terras, o que ocasionou maiores críticas e descrédito em relação ao MIDINRA. Para os sócios, a cooperativa serve para usufruírem de alguns benefícios como acesso à maquinaria e financiamento. A maioria não está disposta a participar da diretoria, o que causou a reeleição dos mesmos membros durante quatro anos.

Definem claramente o papel da educação formal: ensinar a ler, escrever e fazer cálculos. A capacitação técnica é competência de outros organismos. Muitos estão dispostos a aprender mais sobre agricultura, apesar de evidenciar-se uma tendência a não priorizar a educação. É muito mais difícil para um camponês ter consciência da necessidade de auto-capacitar-se. É vergonhoso para ele dizer que não sabe algo sobre agricultura, o que é mais facilmente assumido por um proletário agrícola.

A visão negativa da revolução está relacionada fundamentalmente com a posição inicial de instituições estatais em beneficiar com terras de Reforma Agrária somente a camponeses que aceitassem formar CAS, isto é, cooperativas totalmente coletivizadas. Outros fatores que contribuíram para esta visão foi a crise econômica, que os afetou muito; a exigência de vender a colheita à ENABAS, a falta de comunicação com os organismos de massa e instituições estatais.

CAS "ANIBAL MARTINEZ"

Esta cooperativa possui 565 manzanas, sendo 444 de terras cultiváveis. Está localizada na comarca de San Benito, pertencente ao município de Chinandega.

Em 85 foi formado um grupo, composto basicamente de trabalhadores agrícolas de APP's

e de fazendas privadas, que tinha como objetivo reivindicar um título de propriedade de terra para a formação de uma cooperativa. Este grupo, com a ajuda da UNAG, solicitava à MIDINRA a confiscação de uma fazenda de cana, cujo dono arrendava suas terras para o Engenho San Antonio (ISA). Este engenho é uma das maiores usinas de cana-de-açúcar de Centro América. Fundada em 1890, esta usina obteve importantes cifras produtivas ao longo de sua história. Porém, a partir de 79, por motivos econômicos e políticos, sua produção diminuiu 50% de sua capacidade inicial após o triunfo revolucionário. Com o objetivo de recuperar a produção, o governo sandinista, em Julho de 88 confisca a usina, transformando-a em uma APP. Em 86, após mais de um ano de luta pela posse destas terras, MIDINRA confiscou a fazenda (estava arrendada para o ISA) e a entregou para a formação de uma cooperativa. O grupo solicitante era formado por 72 pessoas. Decidiram organizar-se em CAS. Alegavam que com as mobilizações dos sócios às frentes de guerra, resultaria melhor organizar-se em coletivo para não atrapalhar demasiado a produção. Além disto, entendiam ser mais vantajoso trabalhar em grupo, tanto em termos produtivos quanto organizativo.

Em 87, enfrentando problemas com a grande quantidade de sócios, resolveram, com o apoio de MIDINRA, fazer uma denominada "depuração" dos sócios. Saíram da cooperativa os sócios que possuíam profissões alheias ao trabalho agrícola. Permaneceram 44 sócios. A maioria era de origem proletária, existindo também vários semi-proletários. São originários da comarca San Benito e muitos deles trabalhavam nesta mesma fazenda como assalariados.

Passaram por vários problemas estruturais. Receberam a fazenda com sete poços com bomba para irrigação, instaladas pelo ISA, na época do arrendamento da fazenda. Porém, por falta de manutenção, as bombas não funcionavam. Além disto, o engenho exigia sua devolução. A cooperativa queria negociar a venda das bombas pagando com cana na época da safra agrícola, porém o engenho estava irredutível. O problema foi solucionado somente em 88, através da intervenção da delegação regional de MIDINRA. Negociaram o pagamento das bombas com cana, num prazo de 3 anos.

Outro problema era a falta de maquinaria agrícola para o trabalho. Não possuíam nem tratores, nem implementos. Somente ao final de 87, com a venda da cana cortada e com financiamento bancário, compraram dois tratores. Em 88, compraram duas cultivadoras de cana, uma cultivadora de grãos básicos, uma fertilizadora, uma bomba de irrigação para fumigação,

arado, trailer, treze bombas manuais de fumigação, um implemento agrícola para a preparação da terra.

São terras férteis, cujo cultivo principal, como já foi dito, é a cana de açúcar. Quando receberam as terras, a qualidade da cana plantada era baixíssima pela falta de cuidado por parte do Engenho San Antonio. No primeiro ano de trabalho, em 86, cortaram a cana produzida com baixíssimos rendimentos. No ano seguinte, 87, por falta de irrigação (as bombas ainda não estavam funcionando) e implementos agrícolas, plantaram sorgo, milho, feijão e arroz com arado de boi. Cultivaram a cana existente de forma deficiente e não renovaram nenhuma manzana (a cana de açúcar é um cultivo que deve ser renovado de três a quatro anos). Obtiveram algum lucro, com o qual compraram maquinaria e implementos. Em 88, com as bombas já funcionando (a manutenção foi feita pelo Engenho San Antonio, já nas mãos do Estado), regaram a cana existente e plantaram novamente sorgo, arroz e milho para auto-consumo e venda na comarca. Os resultados foram melhores que os anos anteriores. No atual ciclo agrícola 89/90, renovaram todos os canaviais, esperando bons resultados produtivos.

Compraram também um trapiche (equipamento para moer cana e produzir rapadura) para comercializar rapadura no mercado local. Reservaram algumas manzanas (aproximadamente 40) para produção de arroz e milho para auto-consumo das famílias dos associados.

A cooperativa possui uma junta diretoria composta por presidente, secretário de produção, secretário de finanças, secretário de defesa, secretário de educação e propaganda. A diretoria é eleita anualmente pela assembléia de todos os sócios. Seu papel é administrar a cooperativa. Gestionam financiamento junto ao banco, coordenam o trabalho produtivo, gestionam serviços junto às outras instituições (por exemplo: MIDINRA, UNAG, MINSA, MED), revisam cumprimento dos estatutos, convocam e coordenam as assembléias dos sócios. Estas são as bases das principais decisões da cooperativa. Nestas assembléias, todas as grandes decisões são discutidas e submetidas à aprovação ou não dos sócios. A diretoria presta contas do seu trabalho de administração e gestão.

No início da organização da cooperativa, não existia estatuto pois pensavam que não era necessário. Porém, segundo os sócios, a prática foi mostrando sua necessidade. Havia muita negligência no cumprimento do horário de trabalho, em relação à produtividade, muitos chegavam bêbados ao trabalho, etc. Resolveram definir regras organizativas e sanções para quem

as violara, formando pouco a pouco o estatuto da cooperativa. Algumas sanções são duras, como a possibilidade de expulsão de sócios em caso de cometer falta grave. Segundo expressou um sócio, " o estatuto ajuda na consciência dos sócios ". É importante enfatizar que o estatuto não foi uma imposição vertical, ao contrário, as regras foram definidas gradualmente até culminar com a formação de um estatuto, hoje respeitado por todos os sócios.

O trabalho agrícola é coordenado pelo secretário de produção, o qual diariamente distribui as tarefas que devem ser executadas. Quando existem discordâncias por parte dos sócios, estas são discutidas exaustivamente até chegarem a um acordo. Há um grande respeito à autoridade do secretário de produção e uma exigência em relação ao bom cumprimento de seu trabalho. Isto é, ele deve ter o conhecimento de tudo que está passando, de como está o avanço dos cultivos, necessidades e manutenção de maquinaria, trabalhos a serem executados em cada lote, enfim, tudo o que diga respeito à produção. Isto significa que há um homem na cooperativa que tem o controle global do trabalho. Os sócios, apesar de poderem opinar (atitude não permitida nas fazendas onde trabalhavam), possuem uma visão parcial da produção. Dão autoridade ao secretário de produção para funcionar como coordenador, tendo ele o conhecimento de cada etapa do trabalho. Esta relação permite com que os sócios não se envolvam de forma mais direta em todo o processo produtivo.

A capacitação dos sócios se dá fundamentalmente no seu trabalho diário. Vários deles já trabalharam no Engenho San Antonio, o que os ajudou a conhecer algumas etapas do processo de produção da cana, principalmente plantação e corte. A maioria afirma que sabe o suficiente de cana e podem obter uma boa produção com seus conhecimentos. Porém, alguns admitem a necessidade de capacitar-se mais em algumas áreas, como tecnologia do processo de plantação, melhor manejo da tecnologia utilizada, controle de pragas. Pagam um técnico do Engenho San Antonio para supervisionar o cultivo da cana, irrigação, controle de pragas, corte, enfim, todo o processo produtivo. A cooperativa tem a intenção de capacitar um dos sócios como técnico agrícola, com o objetivo de buscar a autonomia em termos de conhecimentos técnicos. De 44 sócios que possui a cooperativa, somente 8 já participaram em cursos promovidos pela UNAG (temas como mecanização, grãos básicos, administração financeira, gado). O resultado, em termos de posterior contribuição destes sócios à cooperativa, é bem débil, seja por problemas de metodologia dos cursos e dificuldades de aprendizagem, seja porque a cooperativa não dá

condições para que o sócio possa colocar em prática o conhecimento adquirido. Posteriormente, analisaremos estes aspectos de capacitação com maiores detalhes.

Os sócios vivem com os lucros da produção de cana. Outra entrada é a produção de grãos básicos, para auto-consumo familiar. Neste ciclo produtivo (89-90) vão obter outra fonte de entrada com a venda de rapaduras. Vários deles possuem criação de animais, como porcos, galinha e vaca para produção de leite, queijos. A alimentação está baseada no consumo de arroz, feijão, milho, leite, algumas verduras (compram no mercado), açúcar, sal, azeite, carne, frutas produzidas junto à casa. Os principais gastos familiares são com comida, roupas, remédios e transporte.

Vivem em terras da cooperativa 18 sócios. Já existiam algumas casas e posteriormente foram construindo outras. São sócios que não possuíam casas nem um terreno para fazer seu "solar" (solar é um pequeno sítio, com casa e área para criação de animais, horta, frutais, poço). Estas casas estão sendo construídas com esforço e financiamento individual. A tendência é a construção de novas casas, na medida das possibilidades de cada sócio.

Em relação à educação, existem 15 sócios analfabetos na cooperativa. A média de escolaridade é de terceira série de primária. Houve, por parte da delegação regional do Ministério de Educação (MED), tentativas de formar grupos para alfabetização. Vários participaram, porém os cursos não continuaram. Em uma entrevista realizada, ao questionar-se o motivo da não participação, responderam que "la gente no llegava porque se aburria", "no hay voluntad para aprender". Vários sócios manifestam o desejo de aprender a ler e escrever e se propõem a participar de aulas de alfabetização, porém sempre surgem entraves, seja porque não existe professor disponível, seja porque os alunos faltam muito, ou qualquer outro motivo. No decorrer da pesquisa vamos tentar detectar de maneira mais precisa porque esta dificuldade em terminar com o analfabetismo na cooperativa. Em relação aos filhos dos sócios, todos estudam. Na comarca existe escola até sexta série. Somente em Chinandega existem escolas de níveis superiores. Para continuarem os estudos necessitam viajar diariamente a Chinandega. Isto significa gastos com transporte, o que em alguns casos pode ser um problema econômico para a família. Apesar disto, há uma forte disposição para que os filhos continuem a estudar, pelo menos até o nível secundário. Muitos aspiram a que o filho seja médico, mecânico, professor, e possa futuramente integrar-se à cooperativa como um profissional para trabalhar para os

cooperados e para a comunidade.

A cooperativa possui contato externo principalmente com a UNAG, Engenho San Antonio, banco, EPS. No início da cooperativa, todas as instituições, sejam governamentais ou organismos de massa, procuravam exercer sua influência na cooperativa e "baixar linhas". Este método de trabalho gerou vários conflitos e discordâncias. Esta prática foi sendo eliminada pouco a pouco, definindo limites de atuação de cada uma delas. Há uma participação ativa nas atividades promovidas pela UNAG, como seminários, cursos de capacitação, gestão com relação à produção. O Engenho San Antonio é o comprador da cana produzida pela cooperativa, o que gera uma relação de gestões e negociações constantes com sua área administrativa e de produção. O EPS tem influências na cooperativa porque convoca sócios para mobilizações às frentes de guerra ou treinamentos em batalhões de reserva. Ninguém se nega a participar das mobilizações, porém existem algumas críticas em relação ao método das convocações, sem consulta prévia à cooperativa e desrespeitando qualquer plano de trabalho produtivo.

Cinco sócios da cooperativa são militantes de FSLN, sendo um deles membro do comitê comarcal, órgão de direção da comarca. Há por parte de todos os sócios entrevistados uma visão muito positiva da revolução, seja porque realizou a reforma agrária esperada pelos camponeses, seja porque desenvolveu a educação, a saúde, a produção, seja porque proporcionou a participação popular nas decisões do país. Os motivos manifestados verbalmente são diversos. Problemas em relação à organização, administração e decisões em relação à produção da cooperativa geraram baixa produtividade. A decisão de plantar produtos para auto-consumo e não dedicar-se ao cultivo da cana existente na fazenda é gerada por uma mentalidade camponesa, de produzir para auto-consumo em primeiro lugar. Sem dúvida que isto era necessário, porém não houve uma preocupação maior em cuidar das plantações já existentes, deixando que se depreciassem mais, fazendo com que diminuíssem as possibilidades de lucro a médio prazo, em relação à cana produzida. Soma-se o problema de disciplina coletiva. Os sócios não respeitavam os horários de trabalho, as decisões tomadas, afetando a produção e gerando conflito entre eles. A disciplina só foi conseguida quando decidiram fazer os estatutos criando regras e fortes sanções a quem o desrespeitasse. Não foi possível fazer com que os sócios se convencessem que eram donos da cooperativa e que seriam eles os principais afetados pela indisciplina laboral. Foi necessário que se criassem leis e sanções. Segundo a expressão de vários deles, o estatuto ajudou

a criar consciência do trabalho. É importante ressaltar que a criação deste estatuto está intimamente relacionada com a dificuldade que possuem de organizar-se coletivamente. Os estatutos ajudaram à consciência do trabalho coletivo dentro da cooperativa.

Em relação ao conhecimento do processo produtivo, apesar de ser parcial em muitos momentos, houve, sem dúvida um salto qualitativo. Possuíam uma visão muito parcializada do processo, através do trabalho no Engenho San Antonio. A cooperativa proporcionou a ampliação do conhecimento do processo produtivo através fundamentalmente das decisões que foram obrigados a tomar, em relação à produção da cana. Em relação à plantação de grãos básicos, muitos aprenderam na própria cooperativa, porque sua experiência era exclusivamente como proletário agrícola da burguesia canavieira. A proposta de formação de um técnico da própria cooperativa é muito significativa. Demonstra a vontade de decidirem de maneira independente sobre a produção da cooperativa. Querem mudar de técnico, porém a dependência tecnologia tende a continuar existindo, porque a proposta não contempla a possibilidade de uma auto-capacitação coletiva. Além disto, o domínio de novos conhecimentos deve vir junto a uma efetiva democratização destes conhecimentos. Sem isto o problema da dependência não é resolvido.

Os sócios que participaram de cursos da UNAG não tiveram uma experiência muito positiva. Exceto os cursos de contabilidade, que tinham a duração de um mês, os outros cursos eram de curta duração, com uma dose teórica muito grande, distantes dos problemas práticos enfrentados no cotidiano da produção. Os camponeses se frustravam porque não conseguiam aprender e transformar em ações produtivas os temas desenvolvidos nos cursos. Algumas vezes, a diretoria não dava oportunidade para que os sócios pudessem por em prática o que havia aprendido, também causando queixas e frustrações. Esta situação gerou um desestímulo em relação à capacitação pessoal. O educando busca como aprender e o sentimento de fracasso gera uma rejeição à educação, porque não responde às suas necessidades, nem ao coletivo. Foi criado um descrédito em relação à capacitação oferecida pelas instituições.

As condições de vida dos sócios melhoraram bastante com a formação da cooperativa, principalmente pela possibilidade de poder produzir sua alimentação básica. É uma entrada econômica básica dentro da racionalidade camponesa. Muitos problemas como a moradia, transporte, também estão sendo resolvidos pouco a pouco.

Esta cooperativa tem uma boa infra-estrutura e uma terra bastante fértil, criando, assim,

condições para uma excelente produção de cana-de-açúcar que pode gerar altos ingressos. Curiosamente, a maioria dos sócios não está consciente disto e tem modestas perspectivas em relação à cooperativa. Talvez isto contribua ao lento avanço na reabilitação da cana e maior trabalho na produção de grãos básicos.

CAS "CAROLINA OSEJO"

Esta cooperativa está situada a 25 Km de Chinandega, em direção ao Norte, na comarca San José del Obraje. É composta por 13 sócios.

Campeiros em processo de proletarização. Perderam suas terras e começaram a arrendar terra para plantar grãos básicos. Organizaram-se várias vezes em lutas por terras, sofrendo constantes repressões da "guardia" somozista. Após o triunfo da Revolução Sandinista, o MIDINRA doou a este grupo de camponeses uma área coletiva para a criação de gado. Cuidavam do pasto coletivamente, porém cada qual cuidava individualmente de suas cabeças de gado. Estas terras estavam situadas no alto da cordilheira vulcânica, no cerro de um vulcão. Enfrentaram várias dificuldades como a má qualidade da terra, não apropriada para gado, distância da moradia dos camponeses, problemas de abastecimento de água. Em 86, gestionaram, junto ao MIDINRA, a doação de uma fazenda de gado estatal localizada na comarca de San José del Obraje, onde vivem, para a formação de uma cooperativa. Em Novembro de 87, após várias gestões, MIDINRA doou a fazenda estatal, de 900 manzanas, para a formação de uma cooperativa CAS. Os sócios trasladaram imediatamente suas cabeças de gado para estas terras. Porém, não coletivizaram o gado individual que possuíam. Estes seriam criados nas terras da cooperativa por cada sócio, sendo trabalho coletivo a manutenção da infra-estrutura existente (poço, poteiros, cercas, pasto, casas) e a construção de outros poteiros, plantação de mais pastos, melhoria das casas. Solicitaram financiamento bancário para a compra de gado de engorde, sendo autorizada em Agosto de 88 a compra de 300 cabeças.

A atividade principal da cooperativa é pecuária, porém destinam uma área de 15 mz. para a produção de grãos básicos, dividida igualmente entre sócios para a produção individual.

No ciclo produtivo 88/89 obtiveram como lucro das 300 cabeças de gado, 30 vacas paridas. No ciclo 89/90 solicitaram financiamento bancário para a construção de uma leiteria. Este pedido foi negado, porém o banco aceitou financiar um caminhão para transporte de carga. Atualmente

a cooperativa vive com o que ganha transportando carga para outras cooperativas ou produtores privados e com a venda do leite produzido pelas 30 vacas leiteiras. Estas entradas não são suficientes para o sustento das famílias dos associados, os quais complementam suas necessidades básicas com a plantação de grãos básicos e com a venda, quando necessário, de algum gado individual.

A cooperativa é coordenada por uma diretoria eleita anualmente. Não possuem estatuto. São realizadas assembléias periódicas para a resolução dos problemas e definição de planejamento do trabalho. Todo o trabalho em relação à criação de gado é realizado coletivamente. Não contratam técnico pecuário para a assistência técnica por falta de condições financeiras, embora manifestam sua necessidade.

Cada membro da diretoria tem uma tarefa específica, controlada pela assembléia dos sócios. O presidente representa a cooperativa junto à UNAG, MIDINRA, ao banco e gestiona junto às instituições governamentais ou privadas. Trabalha em coordenação com o secretário de finanças, o qual é responsável de todo o controle financeiro e contábil. O secretário de produção controla a saúde do gado, manutenção de cercas, poteiros, plantação e cultivo de pastos. A diretoria não tem reuniões como tal. Cada membro presta contas de seu trabalho diretamente à assembléia mensal de sócios. A pesquisa evidenciou que existe falta de clareza, por parte dos sócios, das gestões externas feitas pela diretoria. Ao indagar-se quais as atividades externas realizadas pelos membros da diretoria foi demonstrado confusão e desconhecimento.

A cooperativa não contrata mão-de-obra assalariada. Todo o trabalho é realizado pelos sócios que recebem o lucro correspondente à venda do leite e trabalho de transporte. O objetivo produtivo da cooperativa, a curto prazo, é a construção de uma leiteria e criação de gado para engorde. A estratégia é diversificar a produção para obter maior segurança em relação aos lucros. Os sócios pensam que esta diversificação pode dar maior estabilidade e segurança para a cooperativa, com menores riscos de perdas. Porém, para sua realização, necessitam de financiamento bancário.

Em função dos problemas produtivos enfrentados pelo país e da relação de prioridades definidas pelo governo, o banco (todo o sistema financeiro nicaraguense é estatizado) negou o financiamento destes projetos. Em função disto, a cooperativa está em compasso de espera porque não tem outra alternativa para a realização de suas propostas de inversões.

Em relação à sobrevivência das famílias dos associados, já foi citado que o lucro gerado pelo trabalho da cooperativa é pouco e insuficiente para manter as despesas familiares. A produção individual de grãos básicos supre grande parte da demanda alimentícia. Além disto, o gado individual é sacrificado com a venda de uma ou duas cabeças, em casos de maior necessidade.

A participação da família no processo produtivo se dá em alguns casos, mas exclusivamente no cultivo individual.

Todos os sócios vivem na comarca de San Jose del Obraje. Pensam em passar a viver nas casas existentes nas terras da cooperativa quando instalarem luz elétrica. Esta é a condição exigida pelas esposas para passarem a viver na cooperativa. Atualmente vivem aí duas famílias.

Dos treze sócios, oito são analfabetos. A faixa etária varia entre 30 e 60 anos, sendo os analfabetos aqueles que tem maior idade. Os motivos apontados por eles como a causa do analfabetismo variam. Alguns alegam que não puderam participar da campanha de alfabetização (realizada em 80 pelo governo sandinista) pois estavam trabalhando, outros alegam que a idade muito avançada e/ou o cansaço do trabalho dificultam a aprendizagem. Na comarca existem grupos de Educação de Adultos e alfabetização. Os sócios não participam pois alegam cansaço, dificuldades visuais, falta de vontade e de incentivo para estudar.

As opiniões a respeito da importância da educação são diversas. Destacam-se duas posições principais, resgatadas de suas próprias palavras: "Não necessito mais aprender porque já aprendi tudo o que podia e necessitava"; "Quero aprender mas não tenho tempo, estou muito velho, não me dão as facilidades, trabalho muito".

Por um lado evidencia-se uma recusa explícita à qualquer tipo de educação formal. Não sentem necessidade de estudar pois já sabem o suficiente para realizar seu trabalho. Não veem sentido em mais nenhum tipo de estudo. A segunda posição é uma recusa implícita à educação. Dão diversos tipos de argumentos para deixar a educação fora dos seus planos. O discurso é diferente do primeiro, porém as consequências são as mesmas. Um rechaço integral à educação formal ou informal.

A maioria está de acordo que os filhos estudem e tenham uma profissão. Enfatizam que os filhos devem preparar-se, serem profissionais, para "nao sofrer tanto como nós no trabalho do campo". Apesar disto, vários sócios foram obrigados a tirar seus filhos da escola secundária pois

não tinham condições para pagar transporte e outras despesas. A escola da comarca oferece até a sexta série, daí em diante somente em Chinandega.

Em relação ao conhecimento do trabalho, enfatizam que nasce a partir da prática e dos ensinamentos herdados de pai para filho. A experiência do próprio trabalho ensina. Este assunto gerou polemica entre os sócios pois alguns afirmam que já sabem o suficiente para realizar bem o seu trabalho. Outros manifestam o desejo de aprender mais para contribuir melhor no trabalho que estão desenvolvendo. Há uma polemica em relação a importância da teoria e da prática no conhecimento. A conclusão aceita pela maioria é manifestada nesta afirmação: "tenemos que hacer un guiso, revolver la teoria con la practica". Em outras palavras, admitem que tanto a teoria quanto a prática no trabalho são importantes. Estão afirmando que a educação deve estar baseada na prática e nas necessidades que eles enfrentam para resolver problemas no trabalho diário. Desconfiam muitas vezes das recomendações dos técnicos. Alegam que os técnicos possuem somente a teoria e vale mais a experiência adquirida por eles durante anos de trabalho que qualquer nova teoria desconhecida, e na maioria das vezes desprezada.

A cooperativa participa das atividades organizadas pela UNAG. O presidente comparece às reuniões convocadas pela UNAG, passa os informes para os sócios. Nota-se uma falta de entendimento do porque destas reuniões. Não há uma boa comunicação entre os sócios e a diretoria, no sentido de esclarecer o papel da cooperativa junto à UNAG e vice-versa. Reclamam uma presença mais efetiva desta entidade no sentido de contribuir com o trabalho zonal do MIDINRA. Foi destinado um profissional para assessorar tecnicamente as cooperativas dedicadas à criação de gado. Visita esporadicamente a cooperativa. Não dá seguimento ao trabalho planejado. Funcionários da UNAG e também do MIDINRA alegam aos sócios que o excesso de trabalho e a falta de recursos humanos são os motivos de sua ausência na cooperativa. Não há presença de outra instituição estatal ou partido político. Não militam em partidos políticos.

Os sócios, de uma maneira geral, sentem falta de uma contribuição externa para o desenvolvimento satisfatório da produção. Sabem o que querem fazer (leiteria, cria de gado para engordar), porém, estão conscientes que não possuem todos os conhecimentos técnicos necessários, além do já citado problema financeiro.

É notória a contradição entre trabalho coletivo e individual. Um exemplo claro disto é a participação da família nas parcelas individuais, e sua ausência total no trabalho coletivo. Os

sócios optaram pela formação de uma CAS pela exigência de MIDINRA, pelas facilidades do financiamento bancário para as CAS. Revelam muitas dificuldades em trabalhar de forma coletiva, começando pelo funcionamento da diretoria. Não há uma coordenação de tarefas, e sim uma subdivisão. Os sócios são informados dos problemas e muitas vezes não conseguem acompanhar o desenvolvimento dos acontecimentos e a tomada de decisões. Muitas delas são tomadas de fora da cooperativa, como é o caso da compra do caminhão. Não há uma boa comunicação com o conjunto dos sócios. Outro fator que distancia o grupo é o fato de viverem na comarca e não na própria cooperativa.

O banco praticamente determina o que a cooperativa vai produzir, delimitando de forma significativa a possibilidade de escolha e decisão dos sócios. A perspectiva de construção de uma leiteria depende exclusivamente do financiamento bancário. Há poucas possibilidades de investir na cooperativa de forma autônoma.

Há um baixo nível de escolaridade, sendo a maioria analfabeto. Alguns dos sócios expressam uma vontade em aprender, em "saber mais" sobre a produção de gado. Porém não há opções de capacitação, ou melhor, as que existem estão desacreditadas. Outros sócios possuem uma atitude de total indiferença a qualquer tipo de educação. Não sentem necessidade e/ou motivação em "saber mais". O que sabem é suficiente e isto basta. Esta postura evidencia uma visão conformista e limitada da realidade. É a mais difícil de ser modificada porque não há uma abertura para aceitar mudanças, inovações, enfim, transformação da realidade. Inclusive, muitos mantêm esta postura em relação a seus filhos, tirando-os da escola para que comecem a trabalhar deste pequenos (porque necessitam de mão-de-obra no campo) e aprendam sobre agricultura com o pai.

A cooperativa tem uma baixa produtividade, de onde destacam-se algumas causas: organização e participação débil, visão individualista, maior preocupação com suas parcelas de auto-consumo, falta de financiamento bancário com conseqüente impossibilidade de investimento, pouca assistência das organizações de massa na assessoria e acompanhamento do trabalho.

CAS "ELIGIO GARCIA"

A cooperativa está localizada na comarca "La Grecia", a 10 km de Chinandega. Foi fundada

em 80, como CCS. Foram terras recuperadas pelo banco por dívidas e passadas a MIDINRA para Reforma Agrária. Seu antigo dono era um grande latifundiário da região.

Os resultados produtivos, nos primeiros anos, não foram muito satisfatórios. Isto fez com que os sócios reorganizassem-se em CAS. Segundo eles, isto trouxe várias vantagens. Melhor financiamento bancário pois havia uma priorização em relação às CAS; divisão dos vários cultivos em grandes lotes; utilização coletiva da maquinaria; assistência técnica coletiva; o trabalho não é afetado com a saída de sócios para mobilizações.

Segundo os sócios, o governo deu total apoio à cooperativa, com a entrega da terra, financiamento da maquinaria e da produção. Esta cooperativa, fundada em 80 e estruturada em 83 como CAS, trabalhou vários anos na produção de algodão, cultivado nestas terras desde a década de 60. Conseguiram rendimentos razoáveis. Em 86 passaram a plantar grãos básicos pois diziam que "a terra já não dava para algodão". Atualmente produzem arroz, feijão, milho, sorgo. Anualmente fazem novas inversões na cooperativa, como a estruturação de uma oficina de mecânica para atender às cooperativas da região, reativação de uma bomba de gasolina para abastecer os produtores da comarca, construção de casas para os sócios. Metade do lucro anual é destinado a estas inversões.

A diretoria, composta de 5 membros, funciona como um coletivo de trabalho. Fazem reuniões periódicas para tomarem decisões e formularem propostas de trabalho a serem discutidas em assembléia geral. Durante o período de maior trabalho (de Maio a Janeiro) são realizadas assembléias quinzenais. As reuniões coletivas são uma prática incorporada à rotina do trabalho. Neste espaço discutem todos os problemas, formas de solução, dificuldades econômicas, planejamento da produção, divisão de tarefas. O secretário de produção goza de grande autoridade para dirigir tudo o que concerne à produção. O espírito do trabalho coletivo está presente em todas as decisões. Enfatizam que o avanço da cooperativa se deve ao modelo CAS.

Atualmente a cooperativa está composta por 24 sócios (23 homens e uma mulher), dos quais quatro são jovens que cumpriram o Serviço Militar durante dois anos e foram aceitos recentemente como novos membros. Há um estatuto que, segundo os entrevistados, "ajuda a fazer com que todos os sócios trabalhem". O estatuto define regras sobre a organização interna da cooperativa. Rege a entrada e saída dos membros, sanções disciplinares, direitos e deveres, funcionamento da diretoria, etc.

A maioria dos sócios já construiu sua casa na cooperativa, outros vivem em instalações já existentes e planejam construir suas casas a curto prazo. Na cooperativa vivem 21 sócios e 3 em Chinandega.

O trabalho produtivo é coordenado pelo secretário de produção, dividindo tarefas a todos os sócios. Contratam um técnico que dá assistência técnica à cooperativa, e assessora diretamente o trabalho do secretário de produção. Em época de colheita (aproximadamente 2 meses), contratam mão-de-obra assalariada. Os sócios recebem uma ajuda de custo mensal. Ao final do período produtivo vendem a produção à ENABAS (empresa estatal de abastecimento) e liquidam o financiamento bancário. Metade do lucro obtido é dividido entre os sócios e a outra parte é destinada às reinversões e/ou reservas financeiras da cooperativa.

Há uma boa infra-estrutura produtiva, como poço e bomba, dois tratores, trailer, implementos agrícolas, armazém, oficina mecânica. A cooperativa vende trabalho com maquinaria, contribuindo para elevar o nível de ingresso dos associados.

Foi destinada uma manzana para cada família, onde constroem sua casa e produzem grãos básicos e verduras para auto-consumo. Também possuem vacas para produção de leite e outros animais como galinhas e porcos. A família, de uma maneira geral, não se integra à produção coletiva, contribuindo apenas à produção individual.

A cooperativa cedeu instalações para uma "Tienda Campesina", que é uma espécie de armazém onde se comercializam diversos tipos de produtos, desde roupa, calçado, comida, até insumos agrícolas, roupas e instrumentos de trabalho. Existem centenas destes armazéns em todo o país. Todos são coordenados em última instância por ECODEPA (Empresa Cooperativa Nacional de Produtores Agropecuários). É um projeto impulsionado pela UNAG, desde 1985, tendo como objetivos suprir a necessidade de abastecimento básico do camponês e ser um canal de comercialização e exportação de produtos camponeses. As Tiendas Campesinas abastecem as cooperativas e produtores individuais da comarca. Para poder comprar, cada camponês deve associar-se à "Tienda". A administração está a cargo da diretoria, eleita em assembléia de todos os associados. Os sócios da cooperativa "Eligio Garcia" contribuem bastante no trabalho da diretoria.

Para o abastecimento familiar recorrem à "Tienda Campesina" ou ao mercado de Chinandega. Suas necessidades alimentícias são supridas em grande parte através das terras

reservadas para produção individual e parte da colheita da cooperativa distribuída aos sócios.

A cooperativa paga aos sócios e seus familiares gastos relacionados à saúde, como consultas médicas e remédios.

Dentro do limite territorial da cooperativa há uma escola primária estatal (de primeira a quarta série), que supre em grande parte a demanda escolar da zona. As crianças que estão em graus superiores vão à outra escola (distante aproximadamente 2 Km) ou a Chinandega. Parte da escola foi construída com a ajuda dos camponeses da zona.

Em termos de escolaridade formal, os sócios estão nos seguintes níveis: 6 analfabetos, um alfabetizado, 11 entre segunda e terceira série, 3 em quinta e sexta série, um com nível secundário. Vários deles estudaram através do programa de Educação de Adultos coordenado pelo MED. Há uma funcionária desta instituição, responsável por este programa, que atende toda a comarca. Ela critica o baixo interesse das cooperativas em relação à educação. Todos os sócios expressam a importância de saber ler, de estudar, porém, enquanto alguns deles demonstram disposição em seguir estudando nos CEP's (Centros de Educação Popular), outros deixam claro que não creem que vão aprender mais, segundo eles "não tenho mais cabeça para aprender". Esta afirmação é expressada principalmente pelos mais velhos. Outro argumento frequentemente utilizado para não estudar é a falta de tempo. Dizem que trabalham muito e não têm animo para estudar à noite.

Participaram de vários cursos organizados pela UNAG, com temas como grãos básicos, organização cooperativa, pragas, irrigação, mecânica. Participam também de cursos organizados por FSLN, militantes e simpatizantes do partido. De uma maneira geral há uma boa disposição em participar nos cursos oferecidos, os quais são valorizados pelos sócios. Nota-se que os membros da diretoria, atuais ou anteriores, participam de maior número de cursos, de diferentes temas.

A cooperativa está muito ligada ao trabalho desenvolvido pela UNAG na região. Isto se deve principalmente pelo fato de que o atual presidente da cooperativa é representante da UNAG junto às cooperativas da zona. É um líder nato. Tem muita clareza do trabalho organizativo que deve ser desenvolvido na cooperativa. Tem uma liderança indiscutível entre os sócios.

Os membros da cooperativa estão sempre informados de todas as atividades promovidas pela UNAG das quais participam com assiduidade. Defendem o trabalho da UNAG e ao serem

indagados a respeito da presença desta entidade na cooperativa, opinam que é muito positiva. Sem dúvida, esta presença se dá fundamentalmente através do presidente. Outro fator que fortalece o trabalho conjunto entre a cooperativa e a UNAG é o engajamento político de vários sócios. De 24 sócios, 7 são membros e militantes de FSLN. Participam em cursos políticos, fazem trabalhos políticos na comarca, participam de comitês de base do partido. Possuem um discurso de total apoio à revolução e ao movimento cooperativo. Analisam os problemas enfrentados pela guerra, as dificuldades enfrentadas pelo movimento cooperativo a nível nacional, a relação da cooperativa com a comarca, de uma maneira clara e precisa.

Todos os sócios contribuíram de alguma maneira à defesa do país na guerra provocada pelos contra-revolucionários. Seja cumprindo o Serviço Militar Patriótico (2 anos em zona de guerra), servindo nos Batalhões de Reserva por vários meses, cuidando de objetivos econômicos estratégicos como pontes, fábricas, plantas elétricas, etc.

Constatou-se que um dos principais motivos das deserções de sócios (6 no total) deveu-se à recusa em atender às convocações do Exército para as frentes de guerra. A medida em que está diminuindo a intensidade da guerra, diminuíram também as convocações. Isto é extremamente positivo para a produção. Há mais mão-de-obra disponível para o trabalho da cooperativa.

Todos os sócios são unânimes em afirmar que a cooperativa foi a melhor resposta da revolução para o camponês sem terra. Para eles, as cooperativas são a força fundamental da revolução pois reúnem os camponeses ao redor de dois objetivos centrais: produção e defesa. Assim expressam: "produzimos para nós e para o povo e estamos dispostos a defender todos os avanços alcançados pela revolução".

Os sócios desta cooperativa possuem uma história de participação na revolução e organização de base na comarca, a nível de organismos de massa e partido, defesa da revolução, através do Serviço Militar Patriótico. A organização interna funciona bem. Há uma experiência de trabalho coletivo, preocupação constante com a democracia interna, estatutos definidos. Esta disciplina resulta ser extremamente positiva em relação à produção e ao conhecimento do processo produtivo. O trabalho da cooperativa não é visto como algo a ser feito sem ser questionado. O poder do secretário de produção, sem dúvida, é forte, porém pode ser questionado a qualquer momento, porque há uma prestação de contas constante sobre toda a planificação do trabalho a ser realizado.

É a única cooperativa onde os sócios não reclamam de ausência de acompanhamento do trabalho por parte das instituições. Há uma relação direta entre a grande participação dos sócios nas instituições e organismos de massa e a participação destas instituições na cooperativa.

Possuem uma excelente infra-estrutura (poço, água, luz, casas, parcelas de auto-consumo, escola, maquinaria, posto de gasolina, oficina mecânica, "tienda campesina") que colocam à disposição dos camponeses de toda a comarca. A cooperativa funciona como um centro de serviços.

O nível de escolaridade é relativamente baixo, porém há uma significativa participação em cursos promovidos por diversas instituições, tanto a nível técnico como político. Estes cursos, agregados a uma prática de decisões coletivas, contribuíram à formação dos sócios, principalmente no que concerne ao trabalho coletivo e controle do processo produtivo.

A participação política-econômica gerou uma maior consciência, melhor organização, melhor relacionamento com organismos de massa, melhor produção, melhores condições de vida.

Esta cooperativa tende a consolidar-se como empresa e como coletivo de trabalho.

CAPITULO 3

OS LIMITES E AVANÇOS DAS COOPERATIVAS

3.1. Sócios da Cooperativa: história e desejos

"Miré lo marginamiento de los campesinos, explotación de los pobres, no queríamos vivir en grandeza pero con mínimas condiciones. No deseábamos seguir siendo esclavos. No somos ricos, pero ahora tenemos comida, vivimos diferente."

Júlia, sócia da CAS "Eligio Garcia"

Para poder entender e analisar os motivos das decisões tomadas pelos camponeses era necessário resgatar sua história de vida e seus sonhos, aspirações, perspectivas de vida.

A maioria dos sócios sofreu um processo de proletarização, principalmente com o "boom" produtivo do algodão. Eram pequenos camponeses, minifundistas, que venderam ou em muitos casos foram presionados a vender suas terras à burguesia algodoeira que alçava vôo. Passaram, então, a trabalhar nos latifúndios algodoeiros como assalariados permanentes ou temporários.

Outros conseguiram manter uma pequena parcela de terra, 10 a 15 manzanas, geralmente em terras não férteis, sem água e luz, longe de onde viviam. Produziam fundamentalmente para auto-sobrevivência, sem possibilidades de acumulação. Sofreram um processo de semi-proletarização. Durante um período do ano produziam em sua parcela, e em outro trabalhavam como assalariados na colheita de algodão ou corte de cana.

A história é comum. Um processo de perda do meio de produção principal de um camponês: a terra. A proletarização crescente trouxe junto a alienação do processo de trabalho. O camponês deixa de ser dono do produto de seu trabalho. Os resultados também são comuns: pauperização do pequeno camponês, não acesso à educação, repressão a qualquer tipo de reclamação pelos baixos salários, más condições de vida, etc.

Isto explica, em grande parte, apesar do medo que sentiam da Guardia Nacional, a adesão e colaboração do campesinato às propostas de FSLN e à revolução. A situação estava cada vez pior e os "muchachos" sandinistas apresentavam propostas concretas de mudança, sendo uma das

principais: o retorno da terra às mãos do pequeno camponês.

A primeira grande "obra" realizada pela revolução foi a Campanha Nacional de Alfabetização (C.N.A.), da qual se beneficiaram muitos dos sócios das cooperativas. Mais da metade dos camponeses entrevistados foram alfabetizados na campanha. A C.N.A. ensinou os camponeses a ler, escrever e também a refletir sobre sua própria história e pensar em propostas de mudanças. Ajudou a divulgar a idéia de participação, trabalho coletivo, cooperativa. Novas idéias começavam a ser difundidas e colocadas em prática.

O nível de escolaridade da maioria dos sócios é baixo. Apesar da C.N.A. e cursos de Educação Popular, foi encontrada uma alta porcentagem de analfabetos, inclusive muitos por desuso. Isto gera dificuldades no trabalho, por exemplo, na participação como membro da diretoria da cooperativa, participação em cursos, na compreensão de especificações técnicas, compreensão e controle do financiamento bancário, etc. Todos os entrevistados citaram que a alfabetização e conhecimento de cálculos matemáticos é básico para o bom desempenho no trabalho. Entretanto, deve-se enfatizar que analfabetismo não é igual à ignorância e incapacidade de trabalho. Muitos camponeses, apesar de desconhecer o mundo letrado, possuem uma ampla gama de conhecimentos.

O trabalho em cooperativas contribuiu para o avanço do conhecimento e domínio do processo produtivo de muitos dos cooperados. Passaram de ter uma visão parcial e localizada para uma visão global de todo o ciclo produtivo dos cultivos que produzem. Raimundo Mendoza, membro da cooperativa CAS "Anibal Martinez" resume muito bem: "El trabajo viene como un estudio. Un compañero enseña para otro.". Esta frase sintetiza qual é a representação que o camponês faz da educação, do "estudio". É algo que vem da prática para melhorar esta própria prática. Não há dúvida que há um desejo latente de aprender, de obter outros instrumentos para poder transformar suas condições materiais de vida com mais sabedoria e eficiência. Como bem disse João Bosco Pinto, " a categoria fundamental do aprendizado e do processo de conhecimento é a atividade material prática." "Ao se integrar a uma experiência existencial e a condições concretas, para cuja compreensão e transformação ele contribui, o conhecimento novo resveste-

se, para o adulto, de significado prático."⁹

A pesquisa evidenciou que os sócios que dão mais importância à capacitação são aqueles que participam ou já participaram da diretoria. Isto porque o trabalho da diretoria exige de seus membros muita agilidade porque necessita tomar decisões. No momento de tomar decisões cruciais para o trabalho sentem uma maior necessidade de conhecer, capacitar-se, aprender. É oportuno frisar que a motivação para *saber mais* parte de uma necessidade concreta, real, a qual vive o camponês.

Outra variável relacionada com a capacitação é o nível de militância política dos sócios. Há uma porcentagem média de militantes sandinistas nas cooperativas. Possuem, de uma maneira geral, uma maior preparação, seja política quanto organizativa. Geralmente, os dirigentes são pessoas que têm uma grande capacidade de liderança, como vimos por exemplo com o presidente da CAS "Eligio Garcia". Também valorizam a capacitação, apesar de muitas vezes deixarem como última prioridade porque sempre existe algo mais importante que ser realizado. Os militantes sandinistas geralmente são líderes da cooperativa. São melhor preparados, possuem respaldo dos associados, mantêm contatos com as organizações de massa, fato que em muitos casos ajuda a ampliar a visão, dá experiência.

As aspirações pessoais têm vários denominadores comuns: melhores condições de vida, casa própria, maior lucro na cooperativa, garantir a educação dos filhos. Em termos mais globais destacamos uma aspiração expressa por muitos entrevistados: querem paz para Nicarágua, já estão cansados de guerra. Afirmam que a revolução colaborou para a realização de vários sonhos. Muitos já possuem uma casa própria, outros estão construindo. Houve uma melhoria considerável das condições de vida dos camponeses, acesso à educação tanto para seus filhos quanto para eles, melhores condições de saúde. A parcela individual destinada para auto-consumo, que possuem os sócios de todas as cooperativas estudadas, foi um passo importantíssimo para a melhora das condições alimentícias. O camponês sonha com seu "solar". Uma casa, galinhas, patos, porcos, vaca para garantir leite e queijo para as crianças, sua produção de arroz, feijão e milho, fundamentais na dieta alimentícia dos nicaraguenses.

⁹-A educação de adultos e o desenvolvimento rural", Pinto, João Bosco, em "Educação Rural no Terceiro Mundo", pag. 83 - 84.

O sonho que desponta unânime é que Nicarágua alcance a paz. Já estão cansados de guerra. Há consciência de que existem muitos problemas econômicos surgidos a partir da guerra anti-imperialista. A guerra traz angústia, medo, impaciência, uma tensão constante porque está sempre presente a possibilidade de morte de um familiar, de um amigo, possibilidade de invasão, de perda do que foi tão duramente conquistado. É um fator de desequilíbrio na organização da cooperativa. O sonho é de paz para produzir, para plantar, para viver, para que se aprofunde o processo revolucionário.

Em todas as cooperativas pesquisadas há uma presença marcante de fortes relações familiares. Entre o quadro de sócios sempre existem relações de parentesco (pai e filho, sobrinho, irmão). Esta teia de relações contribui fortemente à integração do coletivo e à presença de um espírito solidário e de ajuda mútua.

A revolução é elemento chave para as conquistas realizadas pelos camponeses. Sem dúvida, os sonhos e perspectivas eram bem maiores do que se conseguiu realizar. Houve frustrações por parte de muitos, críticas, oposição. A inexperiência em muitos casos e a falta de confiança no saber popular gerou autoritarismos e verticalismos. Porém, o fundamental é que as condições estão dadas para que o processo de transformação da sociedade e da vida de cada um se concretize.

3.2. Organização e Educação: pequena análise à guisa de conclusão

CAS e CCS: principais diferenças

Analisaremos a seguir, algumas das principais diferenças entre os modelos de cooperativa.

Em primeiro lugar as CAS foram definidas como prioritárias por parte de MIDINRA. Inicialmente, com a formação das primeiras CAS foi dado todo o apoio necessário em termos financeiros, doação de tratores, maquinaria a preços facilitados, acompanhamento da produção. Apesar disto manifestaram uma grande dificuldade em organizar-se em torno da produção e administração da cooperativa. Contavam sempre com a presença de MIDINRA na mediatização de seus problemas. Vários estudiosos do tema afirmam que o protecionismo dado às CAS

bloqueou seu auto-desenvolvimento. Os elementos principais causantes da forte intromissão estatal na organização interna das CAS foram:

- a - a firme decisão de fazer com que o modelo CAS fosse um sucesso total e se expandisse para todas as cooperativas do país. Segundo MIDINRA, o modelo CCS era atrasado e transitório;
- b - a concepção de que o campesinato beneficiado com a Reforma Agrária não tinha capacidade de administrar as cooperativas autonomamente;
- c - a guerra de agressão exigiu que o governo tivesse maior presença junto às CAS localizadas nas zonas de guerra, por serem pontos estratégicos de ataque da contra-revolução.

Um sociólogo nicaraguense, estudioso do movimento cooperativo, afirma categoricamente que em muitas das cooperativas CAS que recebem um apoio estatal importante "os sócios tendem a permanecer quando recebem respostas a suas necessidades econômicas, porém sem vincular-se realmente ao projeto cooperativo e o abandonam com facilidade quando a cooperativa sofre uma crise econômica. Se continuam na cooperativa, apesar da crise, não empreendem coletivamente a busca de alternativas que possam permitir concorrer no mercado de maneira vantajosa numa próxima colheita, ao contrário, esperam a resposta do Estado que possa facilitar uma saída através do crédito ou programas de emergência para zonas de crise."¹⁰ Falta clareza nos princípios que orientam o trabalho cooperativo. Como vimos no primeiro capítulo, o processo de cooperativização deve ser gradual. O Estado revolucionário obrigou muitos camponeses a "transitar por um modelo que não respondia à sua cultura como produtor"¹¹. O discurso dos sócios das cooperativas investigadas reflete claramente esta problemática. Em vários momentos criticam o modelo coletivizado, recusam trabalhar em coletivo. A tendência histórica e cultural dos camponeses é o trabalho em parcelas individuais. A proposta de coletivização total se choca

¹⁰Ortega, Marvin, "Las cooperativas Sandinistas: entre la democracia y el verticalismo", in "El debate sobre la Reforma Agraria en Nicaragua", pag. 218.

¹¹Ortega, M., "Las cooperativas Sandinistas: entre la...", pag. 218.

com esta tendência gerando conflitos e resistência ao novo. Apesar disto, dentro da nossa pesquisa vimos várias experiências que resultaram positivas. Dentre as várias causas disso podemos destacar a presença de líderes bem preparados, um longo e paciente exercício de participação coletiva nas decisões, a definição de regras e de estatutos claros (ver CAS "Anibal Martinez") e origem dos sócios.

A partir de 1988 - 1989, houve um gradual afastamento do MIDINRA, o que deixou várias CAS sentindo-se abandonadas. Porém este afastamento contribuiu ao florescimento de um processo autônomo de decisões. Obrigou-as a definir por conta própria os rumos a tomar e as tarefas a desempenhar.

A diferença na origem dos sócios evidencia a origem da formação das CAS e CCS. As CAS foram formadas com a entrega de terras de Reforma Agrária fundamentalmente a trabalhadores agrícolas e camponeses sem terra. As CCS reuniram pequenos camponeses com pequenas parcelas, ou arrendatários de terras, que não estavam dispostos a trabalhar dentro de uma cooperativa completamente coletivizada. Muitos organizaram-se em torno das facilidades do financiamento bancário para as cooperativas. Estas diferenças refletem-se no desenvolvimento da produção e nível de experiências e conhecimentos de cada grupo.

Grande parte dos reservistas do Exército foram recrutados dentro das CAS. Eram as cooperativas mais visitadas pelo Exército. Aí estava seu grande contingente. Os sócios sentiam-se na obrigação de participar nas mobilizações convocadas. Muitos deles estavam convencidos que era uma tarefa necessária para a defesa da revolução. Outros participavam porque sentiam uma dívida moral com o governo por terem sido beneficiados pela Reforma Agrária. Outros porque eram obrigados, tanto pelos companheiros de cooperativa, quanto pelo Exército. Isto afetou indiretamente o nível produtivo das CAS. Houve escassez de mão-de-obra, principalmente nas épocas de pico de trabalho. As mobilizações não eram planejadas pelo EPS, gerando problemas na planificação interna da cooperativa. Ocorreu também a deserção de muitos sócios que não estavam dispostos a ir à guerra.

Poucos sócios de CCS apresentavam-se às mobilizações, e tampouco eram muito exigidos pelo Exército. O fato de serem parcelas individuais não lhes permitia abandonar sua produção.

É evidente uma maior participação e envolvimento da família na produção entre as CCS e

CSM. Nas CAS, a participação da família limita-se às parcelas de auto-consumo individual e cuidado de animais. Nas CAS, o trabalho dos familiares é pago como mão-de-obra assalariada ou a família contribui diretamente a uma tarefa específica. Por exemplo, a CAS "Anibal Martinez" distribui tarefas para cada sócio, estipulando um tempo para sua realização. Vários sócios levam familiares (geralmente filhos) para que o ajude a cumprir com sua parte. A cooperativa "Nicolás Madrigal" integrou a família na produção somente quando passou de CAS para CSM. A CCS "Walter Pentzke n.2" conta com a integração total do conjunto familiar na tarefas de produção e/ou comercialização dos produtos. De uma maneira geral as mulheres responsabilizam-se pela venda de produtos ao mercado de Chinandega, ou da própria comarca de onde vivem.

A pouca integração familiar nas CAS faz com que aumentem os custos de mão-de-obra em períodos de pico de trabalho, porque são obrigados a contratar pessoas de fora da cooperativa para ajudar nos trabalhos agrícolas. Se houvesse uma maior integração ou participação coletiva poderiam ajudar outros familiares nestes momentos. Esta atitude mostra, em muitos casos, que os sócios não se sentem totalmente comprometidos com o crescimento produtivo da cooperativa, como nas CCS e CSM. Um dos motivos desta falta de integração maior pode ser explicada através da falta de sentimento de propriedade da terra. Os camponeses não sentiam que a terra era deles. Tinham muita desconfiança do título de propriedade dado pela Reforma Agrária. Havia legitimidade política porém faltava legalidade jurídica. Isto gerava muitas vezes uma visão de curto-prazo. A pergunta estava no ar: "Para que vamos a investir tanto na cooperativa se ninguém sabe o que vai acontecer amanhã ? "

Em termos do conhecimento da produção, há uma certa diferença advinda da origem e experiência anterior dos sócios, diferença esta que tende a diminuir com o tempo de trabalho e experiência nas cooperativas. Entretanto, tanto cooperados de CAS quanto de CCS sentem necessidades de novos conhecimentos para acompanhar o avanço da tecnologia em todos seus aspectos.

A pesquisa mostrou que o trabalho em cooperativas totalmente coletivizadas cria e, além disto, exige uma maior integração de vida entre os sócios. A vida em comunidade, as decisões coletivas, o trabalho diário, faz parte de um aprendizado difícil e conflitivo em muitos momentos, porém pode gerar uma sólida integração entre os membros das CAS e/ou CSM.

Evidentemente houve casos de não adaptação ao modelo coletivo, gerando deserções e críticas, o que desestabilizava a organização da cooperativa. As dificuldades organizativas são muitas. Mesmo havendo uma integração real entre os sócios, muitas cooperativas não conseguiam organizar-se de maneira eficiente, o que afetava negativamente sua produtividade. As causas detectadas com maior frequência são: deserção de sócios, indisciplinas, decisões tomadas sem participação coletiva, expectativas distintas dos sócios frente à cooperativa. Não podemos deixar de mencionar que o nível cultural que exige este tipo de organização é muito alto. Exige pessoas formadas e preparadas para trabalhar de maneira coletiva. Como já afirmamos anteriormente, a história do camponês nicaraguense nos mostra uma visão totalmente individualista da terra. Durante anos, anos e anos, o fundamental para o camponês e o que lhe dava segurança era ter "seu pedaço de terra" para plantar, ter seus animais e ser autônomo. A proposta de trabalhar em terras coletivizadas se choca com esta realidade histórica.

Os sócios das CCS, de uma maneira geral vivem distantes uns dos outros, reúnem-se esporadicamente e a maioria das decisões são tomadas individualmente. Não existe uma convivência de grupo. Entretanto, a exigência organizativa era menor e menos complexa, o que facilitava o trabalho.

O quadro a seguir sintetiza algumas diferenças entre CAS e CCS:

Características	CAS	CCS
- Origem dos sócios	- maioria trabalhadores agrícola, camponês sem terra	- pequeno camponês ou semi-proletário
- Produção	- baixa produtividade	- rentável
- Organização interna	- dificuldades, maioria tem estatuto	- não tem estatuto, pouca dificuldade
- Integração entre sócios	- bastante integração	- pouca
- Integração da família na produção	- quase nula	- elevada
- Participação na defesa	- elevada participação	- pouca participação
- Relação com instituições estatais	- forte relação inicial, posterior afast.	- pouca relação
- Conhecimentos da produção	- dificuldades com novas tecnologias, não há controle de todo o proc. prod.	- maior conhecimento para produção de pequenas parcelas

Nova lógica das Cooperativas

A direção das cooperativas exigia um conhecimento técnico e administrativo de seus cooperados muito maior do que necessitavam antes para fazer produzir 5 ou 10 manzanas de grãos básicos. As decisões tornaram-se mais complexas. Era necessário mudar a lógica camponesa de produzir para auto-consumo familiar. Esta contradição foi um dos maiores problemas que as cooperativas tiveram. A lógica produtiva, principalmente nos primeiros anos, era a mesma de um pequeno camponês com 5, 8 manzanas, produção voltada para auto-consumo, pouca ou nenhuma inversão, mão-de-obra familiar. Ademais, havia outro conflito que emergia da diferença de origem social dos membros das cooperativas. Aqueles de origem assalariada estavam acostumados a um salário semanal. Era um dinheiro seguro que recebiam, independente do resultado da produção. As famílias dos trabalhadores agrícolas estavam estruturadas e planejadas dentro desta regra. O pequeno camponês trabalhava o ano todo para receber ao final do ciclo produtivo o resultado de sua produção (lucros ou perdas). Sabia que quanto mais

trabalho realizava, melhor poderiam ser os resultados produtivos e conseqüentemente maiores lucros. Tinha uma disciplina laboral muito mais firme.

Dentro das cooperativas, estas diferentes racionalidades se chocavam, causando vários problemas de indisciplina laboral, descontentamento pela falta de dinheiro semanal, deserções de camponeses que reclamavam que havia muita gente que não queria trabalhar. Soma-se, a todos estes conflitos, a dificuldade de desenvolver o trabalho coletivamente. Havia uma resistência grande, principalmente entre os sócios de origem camponesa, em aceitar participar de cooperativas totalmente coletivizadas. Um dos motivos geradores de discordâncias era a desigualdade na quantidade de trabalho realizado por cada sócio. Inicialmente havia uma indisciplina de horário, de tarefas a serem cumpridas, de vazio de autoridade. Tudo isto gerou sérios problemas organizativos e também grande número de deserções. Com o objetivo de solucionar estes problemas, várias cooperativas criaram seus estatutos. Outra solução tomada foi a divisão da cooperativa em parcelas individuais, como por exemplo a CAS "Nicolas Madrigal" que passou a ser CSM.

Muitos sócios aceitaram trabalhar em CAS porque o MIDINRA, principalmente no primeiros anos da revolução, não dava outra alternativa. Somente entregava terras para a formação de CAS. "As cooperativas de produção, conhecidas como CAS, onde eram realizadas todas as atividades coletivamente, eram consideradas necessariamente superiores e por tanto mais importante que as CCS"¹². Esta quase obrigatoriedade de formação de CAS teve várias conseqüências: deserção de muitos sócios, divisão das fazendas em parcelas individuais, ou, em muitos casos, um processo de aprendizagem do trabalho coletivo. A partir de 86 esta exigência foi sendo diminuída, dando liberdade para que as cooperativas se estruturassem da maneira escolhida pelos próprios sócios. Vale ressaltar que a guerra foi um fator que colaborou muito ao fortalecimento do modelo coletivizado. Os sócios sentiam-se mais respaldados economicamente quando eram convocados pelo Exército porque o conjunto de sócios responsabilizava-se por cuidar da produção, não acontecendo a mesma coisa com uma CCS.

A prática coletiva convenceu a muitos que o modelo coletivo é viável, desde quando existe

¹²Kaimowitz, D., "La planificación agropecuaria en Nicaragua: de un proceso de acumulación basado en el Estado la alianza estratégica con el campesinado", in "El debate sobre la Reforma agraria en Nicaragua", pag. 59.

uma boa estrutura organizativa, assistência técnica, disciplina, financiamento, gerando benefícios econômicos e sociais para todo o conjunto.

Instâncias de Poder na Cooperativa e Controle sobre as Decisões

As decisões da cooperativa muitas vezes eram tomadas por organismos como MIDINRA, UNAG, FSLN, banco financiador. Fundamentalmente nos primeiros anos havia uma ingerência nas decisões internas das cooperativas. Os sócios seguiam "linhas baixadas" pelas instituições. Esta política era muito negativa para o aprendizado do trabalho coletivo, da democracia interna, do nível de participação dos sócios. Funcionários dos organismos mencionados visitavam as cooperativas em momentos de alguma mobilização, de algum conflito interno que era resolvido por estes organismos como juízes com poder de decidir o rumo a ser tomado a partir do conflito surgido. Esta prática freou muito o desenvolvimento da democracia interna da cooperativa.

Também é importante mencionar que o tempo todo o governo revolucionário passou por uma crise macro-econômica que impossibilitava em grande medida a consolidação econômica das cooperativas. Ademais das mudanças rápidas nas políticas agrícolas e econômicas causadas pela guerra e pela própria inexperiência dos dirigentes da revolução. Era difícil acompanhar e entender a toda esta realidade dinâmica.

Deve-se destacar dois momentos da relação dos organismos junto às cooperativas. O primeiro, como mencionado anteriormente, é de interferência direta em muitas decisões das cooperativas, o segundo é um abandono das cooperativas, do acompanhamento do trabalho. Parte deste "abandono" foi a propósito, porque "a partir de 1985 o Estado adotou uma posição mais flexível frente ao campesinato e o cooperativismo, que se traduziu em liberação de preços dos produtos dos camponeses e uma política de entrega de terras não condicionada à coletivização da terra"¹³. Em este segundo momento as cooperativas desenvolveram um processo independente de decisões. Em muitos casos deu-se uma centralização dos cargos de direção nas mãos de poucos, seja porque tinham maior nível cultural, seja porque tinham maior experiência ou liderança. A centralização existente criava um círculo vicioso. Estava na direção quem sabia e tinha experiência, quem não tinha experiência não participava e não entrava na direção.

¹³Ortega, M., "Las cooperativas sandinistas: entre...", pag. 221.

Na CCS "Walter Pentzke nº 2" se deu a continuidade da mesma direção porque pouquíssimos sócios se interessavam em fazer parte da diretoria. Algumas cooperativas preocupavam-se por uma rotação nos cargos de direção, como na cooperativa "Anibal Martinez" e "Nicolas Madrigal". Nestas cooperativas se nota uma diferença significativa na participação do conjunto de sócios nas assembléias. Cobram o trabalho da diretoria e entendem suas tarefas e dificuldades, fortalecendo o processo democrático.

Já vimos anteriormente que a autogestão e democracia participativa estão na base do processo cooperativo. A participação democrática nas decisões, em todos os níveis, é um elemento fundamental para a garantia do bom andamento produtivo e da efetiva organização da cooperativa. As cooperativas ainda estão dando os primeiros passos neste sentido. Tanto a interferência externa quanto a falta de formação e experiência anterior dos sócios impediu um avanço neste aspecto. O mais difícil não é votar em assembléias semanais, porém definir o que deve ser decidido coletivamente, o que deve ser decidido pela diretoria, como deve ser o processo de decisões a tomar, quais as decisões são as mais adequadas e corretas.

As CAS, quando sentiram-se sem a proteção tutelar do MIDINRA, sentiram a necessidade de fortalecer um processo de democratização interna. Atualmente, solicitam a presença de organismos estatais a partir de outra perspectiva, como por exemplo no sentido de assessorar-lhes produtivamente. Além disto, é importante uma relação fluída com estes organismos para que a cooperativa possa integrar-se numa rede mais ampla do Movimento Cooperativo.

As diferenças nas decisões a serem tomadas se dão, entre outros motivos, em função da origem social dos sócios. Como já ressaltamos anteriormente, um pequeno camponês tem uma lógica produtiva e interesses a curto e médio prazo, diferente de um ex-trabalhador agrícola. Porém, estas diferenças foram sendo diminuídas durante os anos de trabalho. Principalmente os sócios de origem proletária passaram por um processo de aprendizagem. Agora são obrigados a decidir sobre o plano de produção, solicitação de financiamento, distribuição da mão-de-obra, organização interna, etc,etc. Passaram de uma posição de submissão total e repressão, para tornarem-se donos do seu processo de trabalho. A Reforma Agrária gerou um processo de "desalienação" do processo de trabalho. Retornou ao camponês o controle do seu produto, fruto de seu trabalho. Como afirma Pinto, "o trabalho é a primeira e a mais fundamental escola para o

Formação do Homem do Campo: Necessidades e Realidade

A pesquisa desenvolvida evidenciou que a formação do conhecimento do camponês se dá fundamentalmente na prática. O saber novo é adquirido através do saber acumulado por gerações passadas, troca de experiência com outros camponeses, interpretação das experiências realizadas com novos produtos, sementes, fertilizantes, extermínio de pragas, etc. Porém, nem sempre há um processo de reinterpretação sistemática de todas as experiências e informações vividas pelo camponês. Muitas vezes se dá uma mescla entre conhecimentos científicos e crenças místicas que vêm de gerações a gerações. Há uma relação direta entre nível de escolaridade e conhecimentos técnicos. Os camponeses com maior nível de escolaridade são os que possuem maior conhecimento técnico e também são mais receptivos a capacitar-se, possuindo maior facilidade em aprender novos conceitos e conhecimentos. Isto demonstra que a base de conhecimentos sistemáticos em leitura, escritura, matemática elementar, ajuda a sistematizar mais rapidamente os novos conhecimentos adquiridos. Contribuições a esta sistematização foram dadas por várias instituições, das quais destacamos as mais importantes:

1. Ministério de Educação:

A Campanha Nacional de Alfabetização promovida pelo governo revolucionário através do Ministério de Educação e organizações populares, foi desenvolvida por duas razões fundamentais: era um compromisso moral assumido pela Revolução perante o povo de Nicarágua; sabiam que sem alfabetização não se podia preparar a todo o povo para assumir responsabilidades no processo de reconstrução nacional que se iniciava.

Estes foram seus objetivos:

- *1. Erradicar definitivamente o fenomeno social do analfabetismo em Nicarágua.
2. Promover um processo de conscientização a nivel nacional, para que o povo, antes marginado, se integre livre e eficazmente no processo de democratização do país,

¹⁴Pinto, J., "A educação de adultos e o desenvolvimento rural", in "Educação rural no Terceiro Mundo ", pag. 94.

tomando parte ativa no desenvolvimento nacional e na reconstrução do país.

3. Contribuir à unidade nacional, integrando o campo com a cidade, o trabalhador com o estudante, a região Atlântica com o resto do país, etc.
4. Continuar, imediatamente depois de erradicado o fenómeno social do analfabetismo, o processo educativo dos adultos, criando-se para tais fins o Vice-Ministério de Educação de Adultos."¹⁵

O governo tinha claro que era urgente a erradicação do analfabetismo, porém sabia que isto não bastava. Era necessário criar mecanismos de acompanhamento educativo de base e com as bases. Muitos cooperados alfabetizaram-se na campanha. Posteriormente, foi criado o programa de Educação Popular Básica (EPB) de Adultos com o objetivo de dar acompanhamento ao processo educativo iniciado na C.N.A., com a contribuição das organizações de base. Por toda Nicarágua proliferaram muitos grupos integrados ao programa. Era um modelo educativo novo, alternativo, com grandes aspirações. Era necessário montar um currículo adaptado às diversas realidades da sociedade nicaraguense. Por isto mesmo deveria ser independente das estruturas curriculares formais. Em 1984, por pressões inclusive dos professores, começou a dar-se um processo de institucionalização da EPB, com estruturas mais rígidas em termos curriculares, distanciamento dos organismos de base, etc. O programa foi entrando em uma crise, constatada principalmente pelo abandono e desinteresse por grande parte dos alunos. A EPB, tal como estava funcionando, não estava dando a resposta adequada que necessitava o adulto trabalhador e o camponês. Um dos problemas centrais do MED e dos professores era a preocupação com o cumprimento do currículo, deixando de lado, muitas vezes, a satisfação das necessidades da realidade.

Segundo a avaliação feita pelo Ministério de Educação em 85/86, as principais críticas à EPB são:

- a. rigidez dos conteúdos e materiais por sua cobertura nacional.
- b. insuficiente capacitação do pessoal docente.
- c. caráter progressivamente escolar do ensino-aprendizagem.

¹⁵Arrién, J. y Matus L., Roger., "Nicaragua: Diez años de Educación en la Revolución", pag. 94.

d. renúncia às orientações e métodos da Educação Popular.¹⁶

Os currículos programáticos não respondiam às necessidades de conhecimento do homem do campo. O interesse foi diminuindo, dando lugar a outras prioridades. Os entrevistados expressam assim seus motivos para abandonar o programa de Educação de Adultos: falta de tempo, muito trabalho, cansaço, velhice, dificuldades em aprender, problemas visuais. São motivos reais, porém, problemas superáveis frente à necessidade que eles mesmos sentem em aprender.

Ao fazer uma avaliação da Educação Popular Básica de Adultos, o MED resolveu impulsionar uma transformação curricular no campo, envolvendo as cooperativas, organismos de massa, mulheres. A idéia central era retomar a proposta de educação popular, enraizada na realidade do educando, com participação de todos os organismos de massa existentes no desenvolvimento do programa. Era um resgate do envolvimento de todos os setores sociais na educação do povo. Ao término da pesquisa os processos desta transformação ainda estavam em uma fase preliminar.

Realmente, faltou um maior trabalho constante de educação popular que acompanhassem as cooperativas. Como diz Pinto, "uma das tarefas principais de um proceso de educação de adultos é, precisamente, a criação de uma consciência da necessidade da organização. Não pode haver desenvolvimneto rural sem organização e tampouco pode surgir a organização sem um processo educativo conscientizador. É justamente a integração educação-trabalho produtivo que oferece bases para um trabalho de organização dos trabalhadores. O processo educativo, assim entendido, tem como objetivo fortalecer a organização e ao mesmo tempo dar aos trabalhadores os instrumentos conceituais e tecnológicos para sua luta em prol do desenvolvimento."¹⁷ Faltou uma resposta às necessidades de educação reais dos sócios. A integração educação-trabalho produtivo, apesar de esforços dos organismos de educação, não se concretizou satisfatoriamente.

¹⁶Arrién, J. y Matus L., R., "Nicarágua: diez años de Educación en la Revolución", pag. 312.

¹⁷Pinto, J., "A Educação de Adultos e o ...", pag. 97.

2. Ministério de Desenvolvimento Agropecuário e Reforma Agrária - MIDINRA

Em relação aos programas de capacitação técnica, as experiências deixam muito a desejar. Por parte do MIDINRA as cooperativas receberam uma assistência técnica mínima. Os poucos programas de capacitação que houve não conseguiram atender à demanda existente. Os técnicos possuem, em geral, pouca preparação, tendo como trabalho dar assessoria produtiva a uma grande quantidade de cooperativas. Foram realizadas entrevistas com vários técnicos. Estão conscientes que é muito difícil atender a todas as cooperativas e mais que isto, atende-las com uma metodologia eficaz. Sabem que é problemático atender à produção de uma maneira isolada. A produção está intimamente relacionada com os aspectos administrativos e organizativos da cooperativa. A UNAG era responsável em atender os aspectos organizativos, enquanto a produção era vista por MIDINRA. A compartimentalização da assistência às cooperativas gerou conflitos nos métodos de condução do trabalho. A prioridade era o atendimento às CAS, pois era o modelo que mais interessava ao governo ser desenvolvido e apoiado. Também, era mais fácil e econômico para os funcionários que prestavam assistência técnica, isto porque uma CCS é composta de muitas parcelas separadas, enquanto uma CAS concentra em um único lugar toda sua terra. Há uma considerável diferença no tempo em que se emprega para assistir uma ou outra. As dificuldades enfrentadas eram muitas (escassos recursos financeiros, situação de guerra, grande número de cooperativas, conflitos agrários, etc) e o pessoal técnico disponível era reduzido e com pouca preparação, o que debilitou em grande parte a assistência técnica planejada por MIDINRA.

3. Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos - UNAG

A UNAG criou um centro nacional de capacitação para camponeses, em León. Seu objetivo era atender às necessidades de capacitação de cooperativas e pequenos camponeses. Membros das cooperativas estudadas participaram em diversos cursos deste centro. Como citado anteriormente, estes cursos não deram o acompanhamento necessário ao desenvolvimento satisfatório do processo de aprendizagem. A duração dos cursos era variada. Alguns eram de poucos dias e outros de meses. Os temas dos cursos eram: Administração Financeira e Contabilidade, Grãos Básicos, mecânica, etc. A metodologia era basicamente teórica. Não conseguiram estabelecer uma comunicação entre os conteúdos apresentados e as necessidades

reais dos camponeses. A maioria deles saía frustrado dos cursos, principalmente quando regressavam à cooperativa e tinham muitas dificuldades em pôr em prática o que havia aprendido. Não havia por parte da escola nenhuma proposta de acompanhamento na prática do processo de aprendizagem.

A relação entre UNAG e cooperativas passou por muitos problemas. Inicialmente houve uma boa relação entre UNAG e as cooperativas, principalmente nos períodos de gestão de terras e financiamento. A partir de 1984 houve uma diminuição do atendimento direto às cooperativas. Os motivos foram diversos: foram priorizadas outras tarefas, havia falta de capacitação dos quadros, poucos recursos humanos para atender a 60 cooperativas de toda a região de Chinandega. Os esforços da UNAG se deram fundamentalmente no sentido de resolver conflitos agrários e atender a médios produtores da região. Em 89 se deu um processo auto-crítico do trabalho junto às cooperativas. Constataram a debilidade do Movimento Cooperativo, pouca organização, baixos rendimentos em algumas regiões, pouca articulação inter-cooperativas. Formaram uma "Comissão Municipal das Cooperativas" e a nível nacional a orientação era integrar-se à recém fundada Federação Nacional de Cooperativas (FENACOO). O objetivo era a reorganização total do Movimento Cooperativo, tendo como eixo o fortalecimento da organização política e produtiva das cooperativas. Dentro dos seus planos de trabalho está contemplada uma proposta de formação organizativa-política-ideológica no sentido de fortalecer a organização e direção das cooperativas, suas gestões econômicas, e fundamentalmente a formação de novas lideranças.

Como podemos constatar, são muitas as dificuldades e também disposição em oferecer aos cooperados uma capacitação política-técnica capaz de responder às necessidades apresentadas no trabalho. Tentaremos, a seguir, sistematizar os principais elementos que giram ao redor da capacitação dos camponeses e confrontá-los com as hipóteses enunciadas ao início do trabalho:

1. Em primeiro lugar deve-se ressaltar a relevância da Campanha de Alfabetização para a formação de grande parte do entrevistados. Para muitos, este foi o primeiro e único contato com uma educação que podemos chamar sistemática. Não só contribuiu a diminuir o analfabetismo a níveis baixíssimos como também criou ambiente e oportunidade para iniciar uma reflexão do significado da revolução, seus sonhos e metas. Houve um processo de auto-descobrir-se enquanto

sujeito e co-participante do processo revolucionário. A Campanha de Alfabetização vinha ao encontro de uma necessidade básica do povo nicaraguense: aprender a ler e escrever sua realidade, sua história, seu trabalho, sua vida, sua luta. Por isto foi tão bem recebida e com um alto grau de participação. A etapa posterior, de pós-alfabetização não teve tanto êxito. A prática educativa foi afastando-se da metodologia empregada na Campanha, não existia capacidade e mobilização de recursos humanos suficiente por parte do MED em dar seguimento ao programa de pós-alfabetização.

2. Os temas dos cursos oferecidos não são decididos democraticamente, partindo da realidade do educando. Sem dúvida, são temas interessantes, porém isto não significa que sejam motivadores ou prioritários para os camponeses. A motivação do adulto é condição indispensável para seu aprendizado satisfatório. Os cursos do MIDINRA eram definidos em Manágua para serem ministrados em todo o país. Era uma estrutura verticalista, que não levava em conta as especificidades de cada região e/ou zona. Além disto, havia uma sobrecarga de conteúdos teóricos, tornando ainda mais difícil e abstrata a compreensão por parte dos alunos. Após um processo de auto-diagnóstico da necessidade das cooperativas resolveram regionalizar estes cursos, porém todavia continuavam com modelos e esquemas pré-definidos.

3. Em termos metodológicos deve-se começar frisando que a relação dialética prática-teoria-prática não está contemplada nos cursos destinados aos camponeses. Para eles, o processo educativo "se define pela compreensão e pela explicação de sua própria vivência concreta, integrando novos conhecimentos somente na medida em que permitem uma melhor compreensão das coisas, e não por seu valor intrínseco, mas abstrato para ele. O conhecimento deve ser pragmático, para poder ser verdadeiramente prático."¹⁸ Os alunos sentem-se frustrados e incapazes ao querer "transferir" os conhecimentos teóricos que receberam em um curso para o seu trabalho diário e não conseguir realiza-lo. O camponês foi formado fundamentalmente na prática. O trabalho é a fonte do seu saber. Desde pequeno seus pais lhe ensinavam a plantar,

¹⁸Pinto, J.B., "A Educação de Adultos e o Desenvolvimento Rural", in "Educação Rural no Terceiro Mundo", pag.

cultivar a terra, cuidar de animais, aplicar inseticidas, cortar algodão, vender seus produtos. Posteriormente, como assalariados em grandes fazendas aprendiam novas tecnologias, utilização de máquinas, conhecimento de novas variedades de sementes etc. Todos os procedimentos técnicos eram definidos pelos engenheiros e técnicos agrícolas, como por exemplo como abonar, com que produto, época de plantação, colheita, quantidade de irrigação, etc. Os camponeses foram aprendendo na prática alguns "truques" em função do aumento da produção. Esses "truques" não eram truques casuais. Muitas vezes eram procedimentos mais adequados para o aumento da produção, os quais não eram usados pelos técnicos por falta de conhecimento ou de suporte científico. Aqueles que chegavam a ser capatazes obtinham experiência com a parte administrativa, chefia de pessoal, organização do processo de trabalho. Inclusive a pesquisa evidenciou uma maior participação de ex-capatazes em cargos de direção das cooperativas, com muito mais desenvoltura para coordenação de tarefas e conhecimentos em relação à produção.

Nas entrevistas os sócios manifestaram várias vezes uma certa desconfiança no conhecimento dos técnicos do MIDINRA. Para eles o que vale é a prática e como vão confiar em técnicos de escritório que lhes venham dizer o que devem fazer ou não em sua plantação? Como vão acreditar que um novo produto, ou uma nova semente é melhor do que a que usava antes e tão bom resultado lhe proporcionou? Só há uma possibilidade: os técnicos devem provar que o que dizem está correto. A capacitação técnica obrigatoriamente passa por uma experiência prática que deve ser sistematizada, detalhada, comprovada. A resistência ao novo é superada quando se conscientizam que a nova prática é melhor solução que a atual.

3. O nível de formação formal básica dos camponês, de uma maneira geral é muito débil. Alguns cursos exigem conhecimentos anteriores que os camponeses não possuem. Isto dificulta o processo de aprendizagem, principalmente em cursos mais técnicos como mecânica, contabilidade, administração. Há uma relação direta entre a frequência nos cursos e o nível de escolaridade. Aqueles que tinham maior escolaridade participavam muito mais e com maior facilidade. A relação entre os conteúdos dos cursos e o grau de percepção e de conhecimentos dos camponeses não se dá de maneira satisfatória. A ação educativa deve partir do que eles sabem e têm capacidade de compreender e perceber.

4. Outro problema apresentado é em relação à quantidade de trabalho dos sócios das cooperativas e a falta de tempo para outras atividades. Alguns meses do ano são especialmente sobrecarregados. Um plano de educação deve adaptar-se ao ritmo deste ciclo produtivo. O que acontecia muitas vezes é que os cursos eram oferecidos em épocas de forte exigência de mão-de-obra, impedindo a participação dos camponeses. A educação deve adaptar-se ao tempo e disponibilidade do camponês, não ao contrário.

5. Evidenciou-se na fala de vários entrevistados a certeza de que não necessitam mais aprender. Já sabem o suficiente para produzir e isto basta. Qualquer novidade não lhe interessa. Esta atitude oculta uma resistência ao novo, ao desconhecido. É uma mentalidade conservadora, presente em muitos camponeses da região. Fecham as portas para qualquer proposta de mudança, de transformação de uma realidade conhecida e de certa forma controlada por eles. Não vislumbram que a educação oferecida possa, de alguma maneira, transformar positivamente as condições concretas de sua vida.

6. Devemos mencionar o reflexo da guerra anti-imperialista na formação dos cooperados. Principalmente nos anos 84, 85, 86, 87 havia uma forte demanda, principalmente nas CAS, para apresentarem-se por 4, 6 meses aos chamados Batalhões de Reserva para treinamento e também às frentes de combate. Isto afetava a produtividade e qualquer tarefa organizativa ou de capacitação que possuía o camponês. Qualquer processo se truncava. Isto também produzia frustração e muitas vezes desistiam de prosseguir posteriormente.

Em termos conclusivos a pesquisa evidenciou que o interesse do camponês em educar-se e obter novos conhecimentos se dá na medida em que esta educação possa contribuir à sistematização de seus conhecimentos e experiência pessoal em vista à transformação de sua realidade concreta.

O camponês deve ser ator principal de sua educação. Sem a sua participação ativa em todo o processo educativo nenhuma proposta educativa alcança seu objetivo.

A ação educativa deve realizar-se de maneira integral. Deve proporcionar instrumentos para a transformação da realidade, a qual não está compartimentalizada. Deve partir da prática

concreta, do trabalho, que é a vida do camponês.

A educação está intrinsecamente relacionada com a organização democrática das cooperativas. O controle do saber deve ser democratizado. Só assim o processo educativo poderá contribuir para o fortalecimento da organização camponesa em vista do processo de transformação da realidade nicaraguense posto em marcha pela Revolução Popular Sandinista.

O processo revolucionário, e posteriormente o processo organizativo-produtivo das cooperativas contribuíram de maneira determinante como processo educativo e conscientizador de muitos camponeses. A realidade política da Nicarágua proporciona condições e impulsiona a uma transformação efetiva do campo. Vem ao encontro dos sonhos de milhares de nicaraguenses que querem ter controle de seus meios de produção e do produto de seu trabalho; que estão aprendendo a opinar, participar, criticar, questionar.

3.3. Perspectiva do movimento cooperativo

Em 25 de Fevereiro de 1990, realizaram-se em Nicarágua eleições para cargos executivos e legislativos. Os resultados surpreenderam a todos: derrota sandinista em todos os níveis. As hipóteses destes resultados são muitas:

- o desgaste político, moral, econômico, gerado pela guerra. O medo do Serviço Militar Patriótico e as muitas mortes de jovens nicaraguenses nas frentes de guerra levaram muitos nicaraguenses a pensar que um novo governo, mais "agradável aos olhos" do governo dos Estados Unidos, pudesse acabar com este sofrimento. Votar pela oposição poderia significar a paz para Nicarágua;
- a crise econômica por que passava Nicarágua, provocando grave deterioração das condições de vida da população, criava um descrédito em relação ao poder do governo resolver a situação;
- conflitos surgidos entre a hierarquia eclesiástica e o governo sandinista afetaram negativamente a imagem do governo;
- débil trabalho organizativo de base por parte de FSLN, levando ao afastamento de importantes setores sociais;

- políticas autoritárias e práticas verticalistas tanto na cidade quanto no campo, causando reações negativas e de oposição de vários setores da população, inclusive de muitos militantes sandinistas;
- o desgaste da "guerra de baixa intensidade" promovida pelo governo norte-americano, impedindo o avanço da transformação da realidade material e política de Nicarágua impulsionada pelo governo revolucionário.

Não pretendo aqui aprofundar-me na análise porque creio não ser este o espaço apropriado.

Pretendo, porém, escrever um pequeno pós-fácio dando algumas pistas de como está o movimento cooperativo, hoje, 1994, após quatro anos da derrota sandinista.

O movimento cooperativo hoje está em crise. Houve uma considerável diminuição das cooperativas e de seus sócios. Apesar de não haver neste momento dados estatísticos confiáveis sobre a quantidade de cooperativas ativas, pelos informes e investigações de vários organismos, podemos afirmar que há uma diminuição real de cooperativas que continuam funcionando. Desde o início do novo governo, estava claro que o movimento cooperativo não era sua prioridade, ao contrário, "cheirava" a sandinismo, e portanto, não deveria ser apoiado. A legalização da propriedade da terra não estava resolvida. Como já mencionamos anteriormente, a maioria das cooperativas tinha um título de propriedade e não uma escritura pública de propriedade. Com este documento, a partir de 1990, o banco não aceitava dar crédito porque alegava que não havia uma sustentação legal como garantia do crédito. Ao não receber financiamento, as cooperativas não podiam produzir e assim entravam num ciclo sem saída. Conclusão: vendem suas terras desesperadamente a qualquer preço e a quem se arrisque a comprá-las. Outras cooperativas, sem receber o apoio e a sustentação técnica, política e ideológica por parte do Ministério de Agricultura, não podiam subsistir. Muitas das cooperativas não podiam e não sabiam como caminhar sozinhas, resultado do paternalismo praticado durante anos pelo governo sandinista. Terminam desfazendo-se e entregando suas terras a outros, fundamentalmente poderosos empresários ou oportunistas que aproveitam a situação e a instabilidade econômica das cooperativas para conseguir terras a preço baixo. Depois conseguem através de contatos políticos a escritura pública das terras. Muitas terras também foram devolvidas a seus antigos donos, ficando muitas cooperativas totalmente desprotegidas legal e economicamente. Uma grande quantidade de CAS passou a organizar-se como CCS.

Fundamentalmente são estes os fatores que estão determinando o desmantelamento do movimento cooperativo:

1. falta de solidez econômica e organizativa da cooperativa;
2. insegurança em relação à propriedade da terra;
3. falta de capacidade para dirigir uma cooperativa que deve enfrentar novos desafios políticos, econômicos e organizativos;
4. dependência anterior da estrutura estatal para poder sobreviver;
5. falta de apoio total do governo atual ao desenvolvimento do movimento cooperativo.

Neste momento as cooperativas de melhores condições econômicas e sólida organização estão passando por um processo de consolidação. Estão lutando para manter-se vivas dentro do jogo econômico liberal que impôs o novo governo. Desde 1990 se estão dando esforços por melhorar as organizações e instituições de apoio ao movimento cooperativo, como a organização de um Banco do Campo; Caixa de Crédito Rural; empresas comercializadoras de Gergelim, Café, Agroquímicos, dirigidas pela UNAG; a consolidação da FENACCOOP (Federação Nacional de Cooperativas) e o apoio efetivo de Organismos Não Governamentais, projetos universitários, etc.

As cooperativas sobreviventes estão adaptando-se ao sistema econômico capitalista. Continuam funcionando as cooperativas que dispõe de fortes lideranças, com uma boa organização e bom nível tecnológico. Existe uma maior autonomia e a tendência parece ser a de consolidação, com uma organização jurídica adequada (com atas, assembléias, acordos, etc), uma maior preocupação com a produtividade e a democracia interna da cooperativa. Organismos como UNAG, FENACCOOP e outros estão trabalhando de perto com o movimento cooperativo, apoiando com capacitação, crédito, serviços, etc.

De fato o movimento cooperativo diminuiu consideravelmente em termos quantitativos, porém a tendência que está sendo desenhada é de um movimento mais sólido que pode começar a crescer e consolidar-se como um movimento importante dentro da realidade produtiva do país.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

LIVROS

- Antunes, R.**, "Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil", Ed. Cortez, 1982.
- Arrién, J. y Matus L., Roger (coord.)**, "Nicaragua: Diez anos de Educacón en la Revolucion", Claves Latinoamericanas, 19 89.
- Arruda, M.**, "Metodologia da práxis e educação popular libertadora na Nicarágua Sandinista", Rev. de Cultura Vozes, n. 10, ano 80, Dezembro de 1986.
- Brandão, C.R.(org.)**, "A Questão Política da Educação Popular", Ed. Brasiliense, 1980.
- , "Casa de Escola: cultura camponesa e educação rural", Papirus Ed..
- , "Saber e ensinar", Ed. Papirus, Campinas, 1984.
- (org.), "Pesquisa Participante", Ed. Brasiliense, São Paulo, 1983, 3. Edição.
- Braverman, H.**, "Trabalho e capital monopolista".
- Candido, A.**, "Os parceiros do Rio Bonito", Livraria Duas Cidades, 7. Ed., São Paulo, 1987.
- Ciera(org.)**, "La Reforma Agrária em Nicarágua / 79 - 89", X volumes, 89.
- Cabarrús, Carlos R.**, "Gênesis de una revolucion", Edic. de la Casa Chata, 1983.
- Ezpeleta, J.**, "Pesquisa Participante", Ed. Cortez, 2ª Ed., 1989.
- Foucault, M.**, "Vigiar e Punir", Ed. Vozes, 1977.
- Freire, P.**, "Educação como prática da liberdade", Ed. Paz e Terra, 1967.
- , "Pedagogia do Oprimido", Ed. Paz e Terra, 1975.
- Gorz, A.**, "Crítica da Divisão do Trabalho", Ed. Martins Fontes, 1980.
- Gramsci, A.**, "Concepção Dialética da História".
- , "Os intelectuais e a organização da cultura".
- Heller, A.**, "A Sociologia da vida cotidiana", siglo XXI, Libreria Nobel.

- , "O cotidiano e a história", Ed. Paz e Terra, R.J., 1972.
- Lazo, Javier M., Capietto, F., Cerrato, M.,** "El Cooperativismo Agropecuario en Nicaragua", CIPRES, Managua, 1990.
- Lenin, V.I.,** "O Estado e a Revolução".
- Lowy, M.,** "Ideologias e Ciência Social", Ed. Cortez, 4ª Ed., 1988.
- , "Método Dialético e Teoria Política", Ed. Paz e Terra, 3ª Ed., 1985.
- Lukács, G.,** "História e Consciência de Classe", Publicação Escorpião, 1974.
- , "As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem", in Temas de Ciências Humanas, nº 4, Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1978.
- , "Introdução a uma Estética Marxista", Ed. Civ. Bras., 1970.
- Marx, K.,** "O Capital", Vol.I, Livro Primeiro.
- Historia, Fernandes, F.(org.),** Ed. Atica, São Paulo, 1983.
- Marx, K. e Engels, F.,** "A ideologia alemã".
- Mészáros, I.,** "Consciência de classe contingente y necesaria", in Mészáros, I.(org.), "Aspectos de la historia y la conciencia de clase", UNAM, Série Estudos 32, México, 1973.
- , "Marx: a teoria da alienação", Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981.
- , "Poder político e dissidência nas sociedades pós-revolucionárias", in Ensaio 14, Ed. Ensaio, S.P..
- Paoli, N.(org.),** "Educação: a encruzilhada do ensino rural", Caderno do Cedes 11, Cortez Ed., 1986.
- Reich, W.,** "O que é consciência de classe".
- Ruben, R. y de Groot, J.P. (coord.),** "El debate sobre la Reforma Agrária en Nicaragua", Ed. Ciências Sociales, 1988.
- Sader, E.,** "Novos personagens entram em cena", Paz e Terra Ed., Rio de Janeiro, 1988.
- Thiollent, M.,** "Metodologia da Pesquisa-Ação", Ed. Cortez, 3ª Ed., 1986.

Thompson, "A história da formação da classe operária"

Wertheni, J.(org.), "Educação Rural no 3º Mundo: experiênciase novas alternativas", Ed. Paz e Terra.

Wheelock R., J., "Entre la crisis y la agresión: La Reforma Agraria Sandinista", Ed.Nueva Nicaragua, 2ª Ed., 1986.

-----, "Nicaragua: Imperialismo y Dictadura", Ed. de Ciencias Sociales, La Habana, 1980.

Venosa, R.(org.), "Participação e participações (Ensaíos sobre auto-gestão)", Ed. Babel Cultural, São Paulo, 1987.

REVISTAS e ARTIGOS

1 - Reforma Agrária e Cooperativas:

- **Economia y Revolucion nº1, Octubre de 87**
- **"Diez Años de transformación agrária en Nicaragua", Baumeister, Eduardo - Barricada, 9/Jul/89**
- **"Acercamiento a la Problematica del Movimiento Cooperativo", Dirección General de Reforma Agraria,Junio/86**
- **"Elementos importantes para analizar los problemas del campesinado y del proceso de cooperativizacion...", Dirección General de Reforma Agraria, Oct/87**
- **"La logica del desarrollo del capitalismo durante el somocismo", Doc. nº1/80, CIERA**
- **"Síntesis de la estrategia regional de Reforma Agraria y Desarrollo Agropecuario - Reg. II", Direccion General de Reforma Agraria, Midinra - Leon/84**
- **"Elementos sobre a atencion al campesinado y Promocion Cooperativa", Direccion General de Reforma Agraria, Enero/88**
- **"Estudo de las Cooperativas de Produccion de Santa Lucia, Petacaltepe, Los Ebanos, Masaya, Santa Teresa", Ciera, Ago/85**
- **"Memoria y Evaluacion del Taller de Gestion Cooperativa - 2ª Promocion - Marzo a Mayo de 89 ", Universidad Campesina, Managua**
- **Movimiento Cooperativo, Comision Nacional del Movimiento Cooperativo, UNAG, 1989.**

- "Tiendas Campesinas, un proyecto impulsado desde la base", Serra, L., Revista Pensamiento Propio, Julio-Agosto 1988.

2 - Educação:

- Arrién, Juan; Matus, Roger, "Diez años en la Revolución (Contexto, logros, problemas y Perspectivas de un Proceso de transformación)", Cuadernos de Sociología, Universidad Centroamericana, Escuela de Sociología, nº 9-10, Enero-Junio 1989, Nicaragua.

- Programa de Promoción Campesina, Región II, Dirección de Reforma Agraria, Midinra, Jun/1988.

- Primer Curso de Capacitación Política, INRA, 1980.

ANEXOS

DADOS GERAIS DAS COOPERATIVAS					RECURSOS			
Nome Cooperativa	Comarca	Ano de Fundacao	Total de Socios	Origem Social dos Socios	Area	Area/Socio	Equipamentos e Infra-estrutura	Uso de Credito
CSM "NICOLAS MADRIGAL"	La Grecia	80	13	-obreiros agricolas	130	10		sim
CAS "ELIGIO GARCIA"	La Grecia	80	24	-obreiros agricolas -pequenos camponeses que perderam suas terras	360	15	-taller mecanica	sim
CAS "ANIBAL MARTINEZ"	S. Benito	86	44	-obreiros agricolas -camponeses que perderam suas terras endividados com o banco	565	12.84	-2 tratores	sim
CAS "CAROLINA OSEJO"	San Jose del Obraje	87	13	-camponeses sem terra, arrendadores	900	69.23		sim
CCS "WALTER PENTZKE N.I.P"	La Grecia	81	20	-obreiros agricolas -camponeses pobres sem terra			-1 trator	sim

SISTEMA DE PRODUCAO

Nome Cooperativa	Planejamento	Cultivos	Divisao de Tarefas entre socios	Contratacao de Mao de Obra	Utilizacao de Tec. Assistencia Tecnica	Comercializacao	Nivel de Produtividade
CSEM "NICOLAS MADRIGAL"	diretiva elabora propostas e serem discutidas em assembleia	Arroz Milho Feijao	trabalho coletivo	por 6 meses trabalho "Mano Vuelta"	nao tem assistencia tecnica	ENABAS	baixo
CAS "ELIGIO GARCIA"	Diretiva Assembleia de socios	Arroz Milho	trabalho coletivo	contratam 11 trabalhadores por 2 meses, na epoca de colheita	nao tem assistencia tecnica colheita de arroz mecanizada	ENABAS	alto
CAS "ANIBAL MARTINEZ"	Sec. Producao Assembleia socios	Cana	trabalho coletivo rotam trabalho para que todos aprendam sobre todos os trabalhos	nao contratam	parte do corte de cana e mecanizada assistencia tecnica por um tecnico de Miduna	Engenho San Antonio	regular
CAS "CAROLINA OSEJO"	Assembleia socios	Genadeira	trabalho coletivo	nao contratam	nao tem assistencia tecnica trabalho manual	Produtores revendedores de gado para mata-duro	baixo
CCS "WALTER PENTZKE N.J."	Individual	Arroz Milho Feijao	trabalho individual cada um em sua parcela	trabalho "Mano Vuelta"	nao tem assistencia tecnica trabalha com traccao animal e mecanizada	ENABAS	regular

	ORGANIZACAO INTERNA DA COOPERATIVA			CONDICOES DE VIDA DOS SOCIOS		
Nome Cooperativa	Escolha de Diretiva	Estatutos	Nivel de Participacao dos Socios	Alimentacao	Morada	Educacao Filhos
CSEM "NICOLAS MADRIGAL"	Anual	criaram os estatutos para ajudar a "controlar e normar" o trabalho dos socios muito frisa do pe los socios como uma decisao positiva	Assembleia quinzenal	compram em Chinandega	construiram suas casas ao redor da cooperativa	filhos vao a escola primaria a 1 km
CAS "ELIGIO GARCIA"	Anual Cargos se repetem Pouca renovacao da diret.	existe estatuto para controlar a organizacao interna da cooperativa comocentrad e saída de socios, divisao do trabalho, faltas, etc	Assembleia semanal	tienda campestra Chinandega	vivem em casas ja existentes na cooperativa	escola na propria coop.
CAS "ANIBAL MARTINEZ"	Anual Preocupeca em renovacao de quadros	muito frisa de sua importancia ajuda na conciencia dos socios	Assembleia quinzenal	comarca Chinandega	alguns socios vivem na coop., outros estao construindo al'	filhos vao a escola proxima maiores vao a Chinandega
CAS "CAROLINA OSEJO"	Anual	nao tem estatutos	Assembleia	comarca	socios vivem na comarca querem passar a viver na coop.	esc. primaria na comarca esc. secund. e' em Chinandega
OCS "WALTER PENTZKE NIJ"	Anual Pouco renovacao de quadros	nao tem estatuto alegam que nao e' necessario	Assembleia		vivem na comarca	

INFLUENCIA DE INSTITUICOES GOVERNAMENTAIS E ORGANISMOS DE MASSA

Nome Cooperativa	UNAG	MIDINRA	MED	EPS	PARTIDOS POLITICOS
CISM "NICOLAS MADRIGAL"	- socios reivindicam maior presença da UNAG na coop. - participam de reuniões convocadas pela UNAG	- visita a coop. quando tem algum problema	- pouca integração - unica relação se dá através dos cursos de ed. de adultos	- visitas rotineiras para mobilizações de socios nas frentes de guerra e/ou treinamentos - socios reclamam de de- mora das mobilizações	- varios simpatizantes de PSLN
CAS "ELIGIO GARCIA"	- presidente da coop. e representante da UNAG na zona, o que aproxima muito a coop. da UNAG	- visitas para assis- tência técnica	- há uma escola na coop. controlada pelo MED - socios contribuem, jun- tamente com outros camponeses da zona a melhorar a infra- estrutura da escola - tentativa de formação de grupo de Ed. Adultos	- visitas rotineiras para mobilizações - socios enfatizam a importância de per- ticipar das mobilizações	- varios militantes de PSLN - participam de semi- narios partidários e tarefas específicas
CAS "ANTIBAL MARTINEZ"	- participam em reuniões convocadas da UNAG	- visitas esporádicas geralmente qdo existe algum problema na coo-	- alguns socios participam de aulas de Ed. Adultos - um socio é promotor de Ed. Adultos na comarca	- participação de socios nas frentes de guerra	- varios militantes de PSLN - participam de semi- narios partidários e tarefas específicas
CAS "CAROLIN OSEJO"	* não existe presença de nenhuma instituição, de uma maneira efetiva * as instituições fazem visitas e esporádicas * socios reivindicam fortemente uma presença mais efetiva das instituições na cooperativa				
CCS "WALTER PENTZENJ"	- busca UNAG esporadi- camente	- socios reivindicam atua de MIDINRA - existe uma relação con- flitiva	- não existe relação alguma	- sempre se negaram a participar de mobiliza- ções	

Nome Cooperativa	BANCO	AVALIACAO GERAL
CSEM "NICOLAS MADRIGAL"	-financia producao -visitas esporadicas para supervisionar utilizacao do credito	-reivindicam maior presenca das insti- tuicoes
CAS "ELIGIO GARCIA"	-financia producao -visitas esporadicas para supervisionar utilizacao do credito	-reivindicam maior presenca das insti- tuicoes
CAS "ANIBAL MARTINEZ"	-financia producao -visitas esporadicas para supervisionar utilizacao do credito	-reivindicam maior presenca das insti- tuicoes
CAS "CAROLIN OSEJO"	-financiou compra de novilhos	
CCS "WALTER PENTZKE N.J		

EDUCACAO

Nome Cooperativa	Nivel Educativo dos Socios	Participacao em Cursos do Minist. Educao/E.P.	Participacao em Cursos Outras Instituicoes	Necessidade de Capacitacao dos associados	Posicao dos Socios frente 'a Educao
CSM "NICOLAS MADRIGAL"	-3 socios analfabetas -1 socio graduado em Eng.Agricola em Bulgaria	-pouca participacao -tentativa de organizar um curso de EdAd, o qual seria coordenado por um socio da coop.	-cursos da UNAG	-alfabetizar - as -calculos matematicos minimos -ganaderia, agricultura, mecanica, controle de pragas, aplicacao de insumos	Nao sentem necessidade de estudar
CAS "ELIGIO GARCIA"	-vários socios estao estudando nos cursos do MED	-dificuldades em organizar curso de EdAd -muitas faltas na epoca de colheita	-Participacao em seminarios de UNAG, Midira	-brigadista de saude -irrigacao, mecanizacao agricola	Com disposicao de estudar A grande quant.de trabalho limita a participacao dos socios
CAS "ANIBAL MARTINEZ"	-15 socios analfabetos -promedio de 3 anos de escolaridade	-dificuldades em organizar curso de EdAd -pouco interesse	-cursos de UNAG (8 socios)	-tecnologia do processo de plantacao -novas tecnologias -enfermidades dos cultivos -irrigacao, a administracao de empresas	Alguns estao dispostos a estudar Maioria e' indiferente
CAS "CAROLINA OSEJO"	-8 analfabetos	-pouco interesse em participar de cursos de EdAd na comarca	-1 socio participou em curso sobre sanidade animal, promovido por Midira	-alfabetizar - as -sanidade animal	Maioria nao sente necessidade de estudar
CCS "WALTER PENTZKE N.I."	-todos sabem ler	-nenhum interesse			Nao sentem necessidade de estudar

AVALIACAO DO TRAB.COOPERATIVO

Nome Cooperativa	Como adquiriram conhecimento do Trabalho	Problemas	Avancos
CSM "NICOLAS MADRIGAL"	com os pais com companheiros de trabalho	-lucros baixos -falta conhecimento de producao agricola	-posse de terra -ajuda coletiva
CAS "ELIGIO GARCIA"	Com os pais Curso UNAG Entre companheiros de trabalho	-falta conhecimento de producao agricola, principalmente os socios que eram assalariados assalariados agricolas	-posse de terra -organizacao de coop. -infra-estrutura de coop.
CAS "ANIBAL MARTINEZ"	Com os pais Trabalhos anteriores no Engenho Com tecnico assessor		-posse de terra -infra-estrutura -producao coletiva
CAS "CAROLINA OSEJO"	Com os pais Nas fazendas em que trabalharam	-a cooperativa nao esta produzindo com lucratividade para os socios	-producao coletiva
CCS "WALTER PENTZKE N.J"	Com os pais Com companheiros de trabalho		

DADOS SOBRE COOPERATIVAS

Cooperativa	Historia Pessoal	Historia do Processo Educacional	Processo de Trabalho
CAS "Nicolas Madrigal"	<ul style="list-style-type: none"> - familia de pequenos campon. que se proletarizaram - colaboradores de PSLN na revolucao 	<ul style="list-style-type: none"> - muitos alfabetizados na Camp. Nacional de Alfab. - 1 socio e' Eng. Agricola formado em Bulgaria 	<ul style="list-style-type: none"> - discussao coletiva sobre processo produtivo - necessidade de novos conhecimentos: maquinaaria, admin., agricultura
CAS "Eligio Garcia"	<ul style="list-style-type: none"> - familia obrera agricola - forte influencia catolica - apoio a revolucao - antes passados eram camponeses que perderam suas terras 	<ul style="list-style-type: none"> - muitos alfabetizados na C.N.A. - alguns participaram de cursos tecnicos promovidos por UNAG - varios afirmam que nao continuam a estudar por falta de tempo 	<ul style="list-style-type: none"> - sentem-se participes do processo produtivo - Na cooperativa se discute sobre o processo produt. e se aprende" - necessidade em aprender, capacitacao politica e tecnica
CAS "Anibal Martinez"	<ul style="list-style-type: none"> - maioria trabalhador do ISA - familias expulsas de suas terras, passaram a produzir em pequenas areas no cerro do vulcao, ou proletarizaram - se - algum envolvimento na revol. - processo de proletarizacao - influencia catolica 	<ul style="list-style-type: none"> - muitos alfabetizados na C.N.A. - participacao em cursos de UNAG - dao muita importancia ao aprendizado empirico - querem estudar mecanica, cana de acucar - aprendizagem ao trabalhar no ISA 	<ul style="list-style-type: none"> - conhecimentos passados por geracoes e empiricamente - proc. produtivo discutido coletivamente
CAS "Carolina Ochoa"	<ul style="list-style-type: none"> - pequenos camponeses - assalariados agricolas 	<ul style="list-style-type: none"> - maioria analfabeto - controversia em relacao a importancia da educacao 	<ul style="list-style-type: none"> - decisoes coletivas e divisao de tarefas
CAS "Walter Pentzke nº2"	<ul style="list-style-type: none"> - pequenos camponeses - assalariados agricolas 	<ul style="list-style-type: none"> - maioria alfabetizado na C.N.A. - aprenderam no trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> - totalmente individual

Cooperativa	Participações em Organizações	Aspirações Pessoais	Revisão de trajetórias de vida
CAS "Nicolas Madrigal"	- colaboradores e militantes PSLN - participação na igreja católica	- ter uma casa - condições para os filhos - melhores condições de vida - revolução deve avançar - sócios da cooperativa devem ser mais unidos e melhores trabalhadores	- cooperativa melhorou condições de vida - reforma agrária foi um avanço - devem muito do que tem à revolução
CAS "Eligio Garcia"	- vários militantes de PSLN	- crescimento da coop.: mais capital e terras, maior lucro - ter uma casa, animais (vaca, porco, galinhas), parcela de auto-consumo - educação de filhos	- revolução foi uma vitória para os trabalhadores - conhecem mais sobre agricult. - melhores condições de vida na coop.
CAS "Anibal Martinez"	- militantes de PSLN - vários participaram na revolução	- melhores condições de vida: casa própria, escola para filhos, terra para filhos - paz para Nicaragua - estudar mecânica, agricultura	- revolução proporcionou mais educação e terras para camponeses - melhores condições de vida na coop.
CAS "Carolina Omejo"	- simpatia em relação a PSLN - não está disposto a participar ativamente	- melhores condições de vida: casa própria, escola para filhos - paz para Nicaragua	- revolução trouxe terras, melhores condições de vida
CAS "Walter Pentzke nº2"	- nenhuma participação	- mais terras	- críticas a revolução